

AVALIAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DE UM EXPERIMENTO
DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL PARTICIPATIVO:
O PROJETO PIANT (1971-1977)

Clóvis Cavalcanti

Recife
Fundação Joaquim Nabuco
Inter-American Foundation
1980

APRESENTAÇÃO

Parte de um projeto de avaliação multidisciplinar, este estudo sócio-econômico sobre o Projeto Piauí desenvolveu-se no período de março de 1974 a março de 1977. Sua conclusão tardia deve-se a uma série de fatores extraordinários, entre os quais se inclui a própria existência tumultuada do Projeto Piauí em 1974-1976 e dificuldades relacionadas com as atividades da Inter-American Foundation no Brasil. Falto também um tempo adequado para o trabalho multidisciplinar, iniciado com um interessante seminário em Salvador, Bahia, no mês de fevereiro de 1974.

A postura crítica quanto aos altos e baixos da vida do Projeto Piauí, revelada em passagens deste relatório, espelha uma perspectiva de análise de 1977. Daí para cá essa perspectiva alterou-se, crescendo a admiração do papel desempenhado pelo antropólogo João Ribeiro e sua brava equipe que soube vencer os asperezas das mudanças iniciadas com a ida para Corrente em 1975. Nunca faltou, inclusive, franqueza e receptividade tanto de João Ribeiro quanto de seus assistentes relativamente a discussões em torno do Projeto Piauí, sendo ambos merecedores dos nossos maiores agradecimentos.

Colaboraram na pesquisa aqui encerrada o economista Osmiel Galindo Filho, a estagiária Fernanda Cornils, a matemática Ana Catarina Calvão, e as secretárias Alice Medeiros e Fátima Cavalcanti. Contou a pesquisa ainda com o apoio geral da Fundação Joaquim Nabuco, encabeçada por seu presidente, Fernando de Mello Freyre. E, da parte da Inter-American Foundation, que financiou o trabalho, houve sempre, através particularmente de Anthony Gomes, Lawrence

Salmen e Jan Van Orman, compreensão e espírito fraterno.

Recife, julho de 1980

Clóvis Cavalcanti
Coordenador da pesquisa

1. INTRODUÇÃO

Avaliação de programas de desenvolvimento ainda é uma área que, encarada como campo de pesquisas, apresenta muitos pontos mal definidos, muito embora a necessidade de avaliar constitua parte indispensável de iniciativas que, envolvendo a mobilização de recursos, projetem efetuar transformações nas condições sócio-econômicas de uma comunidade. E, na verdade, avaliações são sempre feitas, ainda que predominantemente limitadas em escopo e sem maior preocupação metodológica 1/. Neste sentido, a tarefa avaliativa se resume ao processamento de operações numéricas, à maneira do levantamento que as empresas realizam para estimação de seus réditos. Não é isso, contudo, o que está em jogo quando se tem diante do pesquisador alguma coisa com largas ambições humanas, que procura identificar aspirações e formas de satisfazê-las sem o sacrifício de valores associados intimamente à felicidade individual. Avaliar, neste caso, requer muito mais do que simples computações. É todo um contexto de variáveis culturais, sociais, políticas e econômicas, costuradas umas às outras, que precisa ser entendido, dissecado, aprofundado, para que se saiba se o processo que se deflagrou se desenvolve conforme a previsão. É assim que a pesquisa avaliativa pode propiciar informações que dirijam a ação no caminho certo e de forma racional, servindo como feedback sistemático para aprimoramento do programa 2/.

1/ É comum, na execução de projetos, a avaliação do tipo comparação entre determinadas metas quantificáveis e resultados concretos. Isto se vê, por exemplo, em obras de usinas hidrelétricas.

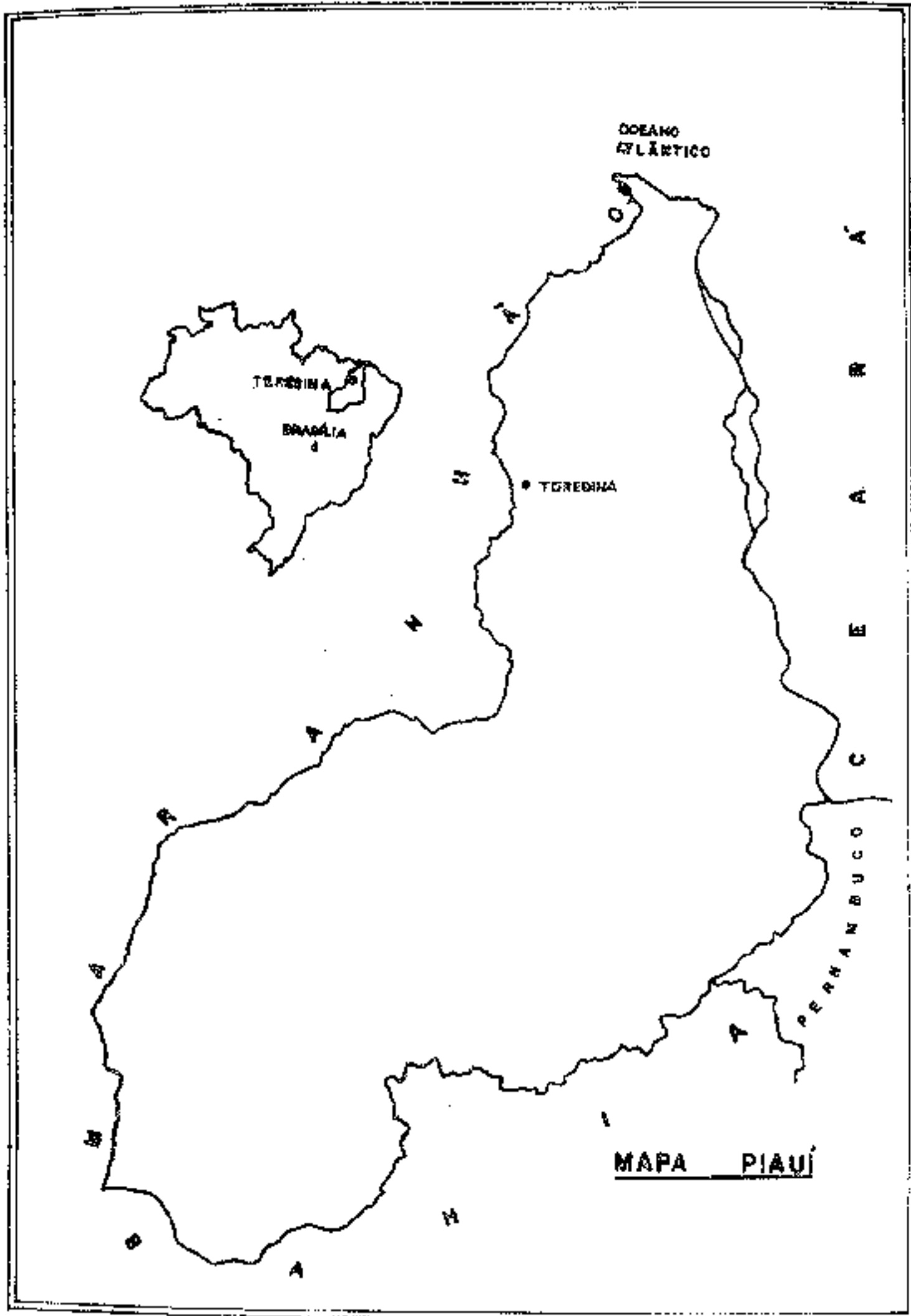
2/ Cf. Tony Tripodi, Phillip Fellin e Irwin Epstein, Avaliação de Programas Sociais, tradução de Tainã da Costa Souza (Rio, Livraria Francisco Alves Editora, 1975), p. 14.

Convém recordar, a propósito, a natureza pouco convencional e as bases experimentais em que se assenta um estudo como este, que enfrenta questões do tipo "avaliação global ou estudo de casos", "uso de critérios econômicos ortodoxos, inspirados na teoria do investimento, ou mesclagem de critérios com dosagem qualitativa" e assim por diante. Isto faz com que se torne mais complicada a responsabilidade de produzir um estudo simultaneamente satisfatório das exigências da perspectiva analítica da ciência econômica e das solicitações do cliente ou clientes da avaliação. Acresce o pouco prestígio, o baixo status de que gozam as pesquisas desse teor nos círculos profissionais mais conceituados, sob as alegações de que pesquisas encomendadas nunca atingem os padrões desejados de excelência acadêmica e se sujeitam a tentativas de interferência, quando não de interferência aberta, dos usuários do trabalho na escolha e emprego dos critérios que irão nortear a avaliação. Tais percalços encontram compensação na importância de se ter uma medida dos benefícios líquidos promovidos por projetos abrangente, apesar de que a precisa identificação destes benefícios esbarra em obstáculos nem sempre de fácil superação. Há ainda a dúvida quanto a que seria melhor, avaliação ex-ante, nos moldes adotadas pelos bancos de desenvolvimento, ou avaliação ex-post, como a empregada nas ciências de comportamento.

Compreendido sob a ótica acima, o presente trabalho não chega a ser completa avaliação econômica do Projeto Piauí. Nele falta amadurecer uma série de tópicos; outros carecem de tratamento mais rigoroso; e a própria abordagem abrangente da avaliação não assume forma compacta. Apresenta-se aqui, portanto, material algo limitado, que envolve análise da economia do estado do Piauí, revisão crítica das noções prevalecentes acerca do desenvolvimento econômico, caracterização da iniciativa denominada de Projeto Piauí (PP) e, finalmente, resultados da observação feita do programa consubstanciado no esquema de desenvolvimento integral participativo (DIP) do Projeto.

2. CENÁRIO DA ATUAÇÃO DO PROJETO PIAUÍ: PERFIL LIGEIRO DA ECONOMIA PIAUIENSE

Ocupando uma superfície de 251 mil quilômetros quadrados, superior à do Reino Unido, e com uma população em 1970 que era de 1.680 mil habitantes (ver Quadro 1) - a cifra atual deve residir pouco acima dos 2 milhões de pessoas -, o Piauí não chega a representar três centésimos do território nacional e dois centésimos da



OCEANO ATLANTICO

BRASILIA
TERESINA

• TERESINA

A
R
A
E
C

MAPA PIAUÍ

A

R

H

A

A

C

B

B



população brasileira. Mesmo dentro do Nordeste o destaque é só em termos de área geográfica. Trata-se, portanto, de uma unidade federada sem maior porte, as razões para dela se ter alguma preocupação surgindo por conta dos ínfimos valores que a renda per capita do estado denota por referência às médias nordestina e brasileira, conforme o aponta o Quadro 1. Realmente, a despeito de o último dado disponível reportar-se a 1969, revela-se bastante acanhado o nível da renda por pessoa do Piauí, não chegando a um quarto do nível do país e mal ultrapassando o degrau de metade da média relativa ao Nordeste. Tudo isso vindo agravado pela constatação de que em 1947 a posição piauiense era bem menos inferior em bases comparativas. Embora não se tenha lastro mais sólido para uma estimativa atual da localização do Piauí em termos de sua renda per capita, tudo indica que não deve haver ocorrido qualquer melhora de posição comparativa dentro do panorama brasileiro nos anos de 1969 para cá. O que se verificou nesse interregno foi uma seca em 1970, que provocou uma queda de 48% no valor a preços constantes da produção piauiense de lavouras, relativamente a 1969, enquanto a receita arrecadada pela União no estado caía de 4% em termos reais ^{3/}. Nos anos seguintes desconhece-se qualquer fato que possa indicar um desempenho da economia do Piauí que fosse mais satisfatório do que a evolução acusada pelo Nordeste e pelo Brasil. Na verdade, entre 1969 e 1973, um índice de quantum da produção agrícola piauiense, que leva em conta arroz, cana, feijão, mandioca, milho, babaçu e carnaúba em sua composição, desprezando apenas, entre os principais cultivos, o algodão, por insuficiência de dados, revela um acréscimo de apenas 12% (ver Quadro 6). Assim, dentro do conjunto brasileiro pode-se estimar que o poder aquisitivo da população piauiense não chegue a mais de um quarto do parâmetro nacional, sendo provável mesmo que esteja no nível de um quinto.

As informações de renda do Quadro 1 podem ser suplementadas pelas do Quadro 2, que bem acusam a posição desvantajosa do contingente humano vivendo no Piauí, onde o sistema produtor de bens e serviços se estruturará de uma forma que configura o estado

^{3/} Cálculos de Dirceu Pessoa e Clóvis Cavalcanti, Caráter e Efeitos da Seca Nordestina de 1970 (Recife, SIRAC-SUDENE, 1973), quadros 5.3 e 5.5. Entre 1969 e 1970, segundo a mesma fonte, a receita arrecadada pelo governo federal cresceu de 13% no Nordeste e de 24% no país como um todo, em termos reais.

Quadro 1

PIAUI: AREA, POPULAÇÃO E RENDA - anos selecionados

Discriminação	Piauí	Piauí/ Nordeste	Piauí/ Brasil
Área (Km ²)-----	250.934	16,2	2,9
População (1970)-----	1.680.573	6,0	1,8
Renda interna(Cr\$ milhões)			
1947-----	0,981	4,4	0,69
1969-----	455,9	3,2	0,44
Renda interna <u>per capita</u> (Cr\$)			
1947-----	1,01	77	35
1969-----	272	33	24

Fontes: FIBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1974.FGV, Sistema de Contas Nacionais, 1939-1947/1969 e 1971/1972 (mimeo).

Quadro 2

PIAUI: PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO
DE FATORES, PER CAPITA - 1947/1969 -

Anos	PIL c.f. <u>per capita</u> a/		Índices do PIL cf real <u>p.c.</u>	PIL c.f. per capita PI = (A) (B)	
	Preços correntes	Preços de 1949 b/		PIL c.f. <u>per</u> <u>capita</u> do Nordeste (%)	PIL c.f. <u>per</u> <u>capita</u> Brasil (%)
1947	1,01	0,82	94,3	77	35
48	0,84	0,90	103,2	57	25
49	0,87	0,87	100,0	54	22
1950	0,97	0,90	103,4	51	22
51	1,07	0,87	100,0	51	21
52	1,40	0,94	108,0	57	23
53	1,41	0,89	102,3	52	20
54	1,71	0,99	113,8	48	19
55	2,15	1,07	123,0	50	19
56	2,92	1,15	132,2	52	21
57	3,58	1,24	142,6	53	22
58	3,58	1,12	128,7	49	19
59	5,59	1,26	144,8	52	23
1960	7,50	1,29	148,3	50	23
61	12,2	1,49	171,3	58	26
62	23,1	1,47	159,0	64	30
63	31,9	1,71	196,5	52	24
64	57,9	1,53	187,4	58	27
65	104	1,66	190,8	56	27
66	138	1,57	180,5	58	26
67	204	1,83	210,3	62	30
68	245	1,90	218,4	59	27
69	272	1,76	202,3	58	24

Notas: a/ Os valores de população usados nos cálculos do PII per capita foram estimados com base nas taxas de crescimento demográfico dos períodos intercensitários envolvidos. É óbvio que nos anos de censo usaram-se as cifras do próprio levantamento.

b/ Para cômputo do PII real a preços de 1949 foi construído um deflator específico para o Piauí, que leva em conta as diferenças setoriais de comportamento de preços. O índice em causa se estriba na metodologia exposta no apêndice A do já citado Estudo Sócio-Econômico etc., a qual é bastante semelhante à de D. Goodman e R. Cavalca; II; Incentivos à Industrialização e Desenvolvimento do Nordeste (Rio de Janeiro, IBGE/INPES, 1970), n. 3, p. 16.

Fontes dos dados básicos: IBGE/FGV/CCN; FIBGE.

como mero apêndice marginal da economia brasileira. De fato, pouco realista seria que sofrer o conjunto nacional caso o território piauiense, por maldita intervenção de uma Nêmesis impietosa, fosse subitamente transformado num golfeão. Esta conclusão, evidentemente, é produto de exercício puramente analítico, com base nas proporções da importância do Piauí no país. Seu maior defeito reside, como geralmente sucede no cálculo econômico, na completa omissão de referência à presença do homem no raciocínio que admite a exclusão total do Piauí no mapa físico. Entretanto, não se deve ocultar a comprovação implícita na mesma conclusão de que o estado de marginalidade piauiense é sobretudo um fenômeno de ordem econômica ^{4/}, uma vez que, como salienta o Quadro 1, o problema manifesta uma visível distinção em termos de população e de renda: as pessoas que vivem no Piauí, cerca de 1,8% do efetivo demográfico do país, só conseguem produzir 0,44% da renda nacional (ver Quadro 1).

Conhecido como é o fato de que o Nordeste constitui um bolsão de miséria dentro da federação brasileira, pode-se aquilatar o alcance da posição marginal do Piauí. Efetivamente, a renda por pessoa nesse estado, que rondou em torno da média de 55 por cento - com anos em que chegou a representar menos da metade - da cifra correspondente ao Nordeste nos anos 1947-1969 (cf. Quadro 2), faz com que a posição piauiense relativa à nordestina se equipare à disparidade que existe entre o Nordeste e o Brasil, porquanto a renda per capita do penúltimo correspondeu em média a 55% da do último no mesmo período ^{5/}. Se a comparação for feita com S. Paulo, mais assombroso é o hiato que se abriga dentro do território nacional. Em 1968 o produto interno líquido por habitante do Piauí chegou somente a 15% do valor paulista, tendo atingido 11 e 12% em 1950 e 1960, respectivamente.

^{4/} Roberto Mota demonstra, em sua interessante contribuição "Vale do Parnaíba: Historiografia, História e Marginalidade", que é o capítulo 2 do Estudo Sócio-Econômico do Vale do Parnaíba, Clóvis Cavalcanti *et al.* (Recife, IJNPS-IPMA, 1974), que a marginalidade do Piauí tem um escopo que se estende às raízes da formação econômica estadual. A situação atual, portanto, se arrima numa tradição periférica do Piauí dentro da região maior, região que tem sido igualmente dependente de regiões centrais.

^{5/} Estimativa com base nos dados da FIBCE e FGV.

Em moeda internacional, não deve ser superior a 210 dólares a atual renda piauiense por habitante ^{6/}, um dado que caracteriza circunstância de atraso muito viva, haja vista que na América Latina apenas o Haiti - exceção pouco honrosa para efeito comparativo - se equipararia ao Piauí. No mundo - problemas de conversão à parte -, Índia, Guiné, Níger, República Malgaxe, Tanzânia, Birmânia, Nepal e alguns poucos países ofereceriam quadro similar ao piauiense. Esse confronto internacional, se não conduz a nada, faz com que se medite sobre o grau de miséria encontrado no Piauí, e mais ainda nos próprios países envolvidos, quase todos densamente habitados. Tem-se assim uma companhia, que se serve de consolo para as populações em causa, constitui igualmente motivo para que se avalie o esforço que deve ser empreendido de modo a conseguir que mudanças substanciais arranquem os indivíduos de seu mundo de privações. Quando se opta voluntariamente por uma vida ascética assim de penúria, à maneira monástica, a perspectiva é outra, desde que é via de regra o conhecimento de uma situação de opulência experimentada que valoriza a vida de renúncias. Este, claramente, não é o caso quer do Piauí, quer dos países citados, onde são estruturas econômicas os fatores responsáveis, que oprimem e mantêm a maioria da população na armadilha de miséria de onde não se pode sair sem maior empenho e grandes transformações. Estes comentários não significam que se esteja já advogando que o Piauí, saltando do baixo nível atual, alcance a posição de S. Paulo, por exemplo - uma metamorfose que equivale, aliás, feitos os necessários ajustes, à de Panamá em Estados Unidos, ou de Guatemala em Dinamarca e de Paraguai em Holanda. Não é isto. O que está em jogo, na verdade, é a exigência de que não subsistam fatores especiais para que um paulista possa dispor de um rol de oportunidades que o privilegiam vis-à-vis de um piauiense ^{7/}.

^{6/} No estudo do autor, "Dimensões da Marginalização do Nordeste: O Caso Extremo do Vale do Farnaíba" (trabalho apresentado na Conferência sobre o Nordeste, Racine, Wisconsin, nov. 1974), estimou-se em 110 dólares a renda per capita do Piauí em 1973 (preços do mesmo ano). Incorporando-se ganhos de produtividade e a inflação é que se extrai o quociente aqui usado de 210 dólares (preços de 1980).

^{7/} Este ponto foi muito apropriadamente traduzido por um agricultor da região de Corrente que, entrevistado durante a pesquisa, revelou que seu grande desejo, segundo suas palavras textuais, era o de que seu filho dispusesse de escola para frequentar ali do mesmo nível, com equipamentos e professores de mesma qualificação, que o filho de um capitão encontra no Rio de Janeiro.

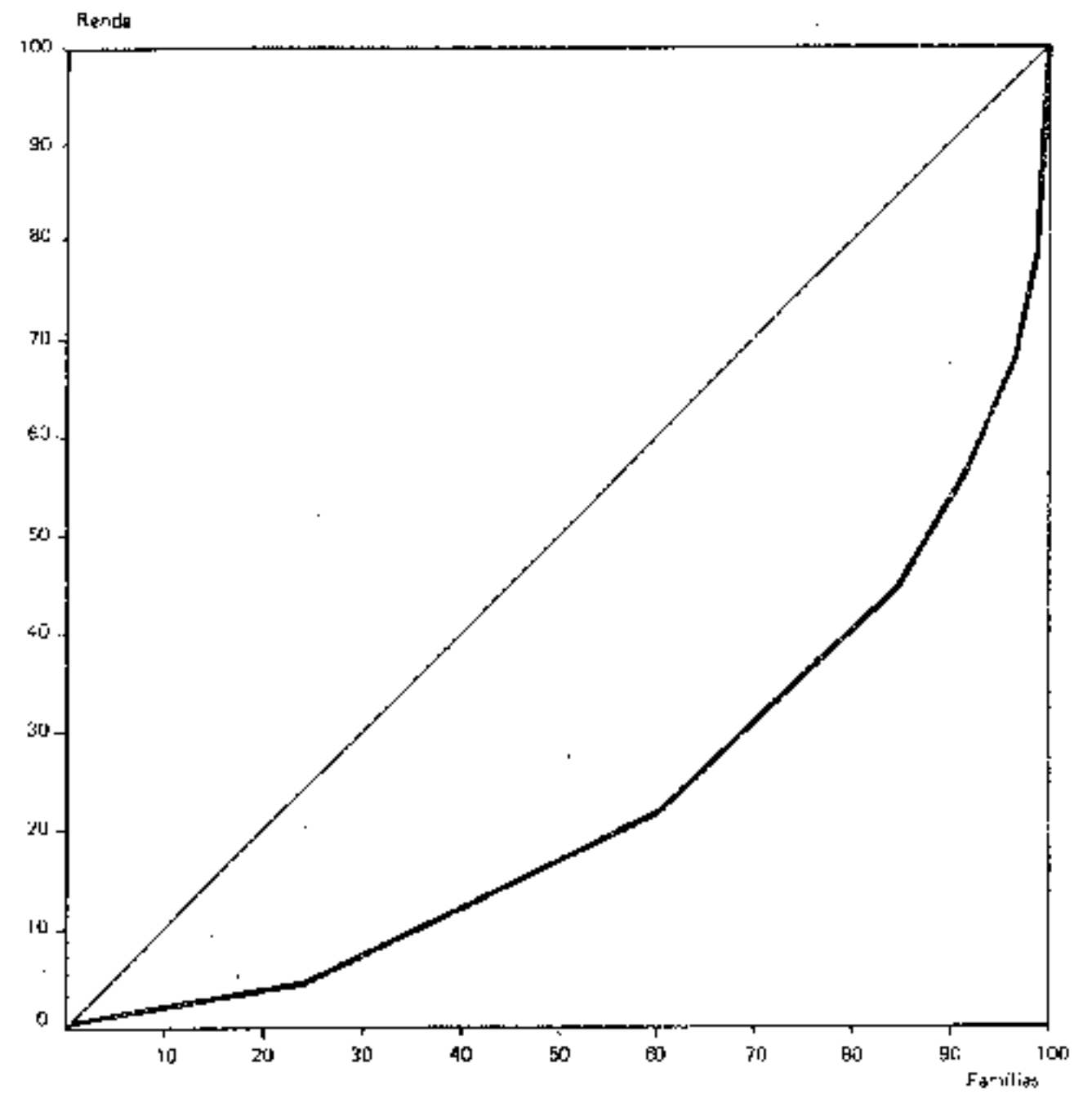


Figura 1.

Os dados de renda aqui empregados apenas dão forma cega e difusa à impressão que causa o desnível Piauí-Brasil. Não valem como medida rigorosa da miséria e muito menos podem espelhar o sofrimento registrado no contacto com populações que mal podem sobreviver em toda a superfície do estado. Esta precária sobrevivência pode ser apalpada ao se observarem as informações de renda pessoal e domiciliar do censo populacional de 1970, relacionadas no Quadro 3. Basta ver, a esse respeito, que a renda de uma família típica do Piauí só passava de 21 por cento acima do salário mínimo vigente no estado à época do censo. Ora, sendo este salário, por definição, um mínimo aceitável, ao se lhe aproximar a renda residencial, fica patentizada a precariedade das condições de vida que prevalecem na área. Esta observação é particularmente validada pelo fato de que, como média, a renda domiciliar do Quadro 3 encobre níveis que estão abaixo do mínimo. Que é o caso, incidentalmente, da média da renda familiar rural, conforme se vê desde logo na tabela. O caso cuja gravidade pode ser sentida através do fato de que a população residente no campo constitui cinco sétimos do contingente de agnóstico piauiense. Por mais que se discuta o valor, como índice, da renda per capita, a situação piauiense é de tão evidente precariedade que se pode, sem nenhum receio de equívoco, afirmar que o parâmetro a ela respeitante atesta um baixíssimo nível do atual padrão de vida da população do Piauí, análogo às circunstâncias mais extremas de miséria que se acusam em diversas esquinas do globo terrestre.

Ainda com fundamento nos resultados do censo de 1970, único ano para que se dispõe de informação, pode-se armar o arcabouço da distribuição da renda no Piauí, tarefa executada pelo Quadro 4 (ver tabela fig. 1). De acordo com a tabela, apenas mais por cento das famílias piauienses possuiriam rendimentos mensais médios acima de 800 dólares (preços de 1970), enquanto 85% dessas mesmas famílias teria no máximo 50 dólares. O desnível entre esses dois valores, discutível como possa ser, é bastante significativo por suas proporções, demonstrando também a existência de uma distribuição da renda que gira em torno de nível tremendamente baixo. Podem-se então avaliar as implicações quanto ao bem-estar da população piauiense como função de tal esquema distributivo, cujo grau de desigualdade corresponde a uma taxa de concentração de nível de 0,57 $\frac{8}{100}$. Cifra que é inferior ao dado relativo ao Nordeste

8/ Valor calculado por método gráfico, mas por isso impreciso, a partir de gráfico em papel milimetrado (a curva de Lorenz correspondente está na figura 1).

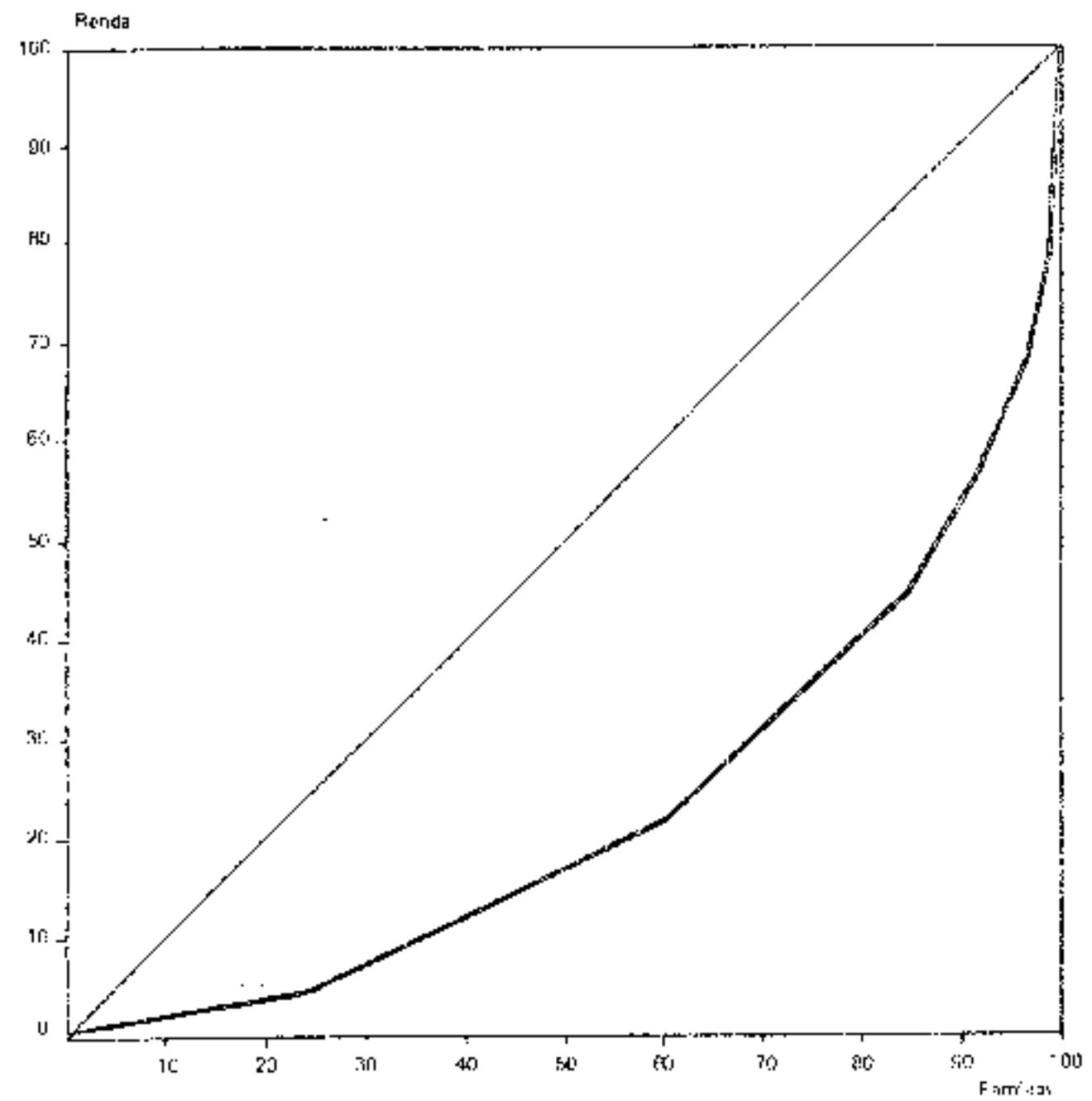


Figure 1.

Quadro 3

PIAUÍ: RENDA DOMICILIAR
 MENSAL E PER CAPITA ANUAL EM 1970

Especificação	
Renda domiciliar mensal (Cr\$)	
Rural.....	96
Urbana.....	262
Total.....	358
Renda domiciliar mensal como proporção do salário mínimo (%)	
Rural.....	77
Urbana.....	210
Total	121
Renda <u>per capita</u> anual (Cr\$)	
Rural.....	205
Urbana.....	549
Total.....	317
Índice da renda <u>per capita</u> (Renda média do VP = 100)	
Rural.....	67
Urbana.....	179
Total.....	134

NOTA: a/Exclusivé o município de Joaquim Pires.

FONTE: FIBGE, Tabulação especial para o IJNFS.

Quadro 4

PIAUÍ : DISTRIBUIÇÃO DA RENDA DOMICILIAR MENSAL,
EXCLUINDO AS PESSOAS SEM DECLARAÇÃO a/ b/
1970

Intervalos de renda familiar (Cr\$)	Renda fa- miliar mē dia (Cr\$)	Nº de pes soas por domicílio	Frequência do		Frequência da ren	
			nº de famílias Simples	Acumula da	da domiciliar Simples	Acumulada
Menos de 50	32,3	4,3	24,4	24,4	5,3	5,3
51-100	76,5	5,3	36,5	60,9	10,5	23,8
101-200	148,5	6,3	23,7	84,6	23,3	47,1
201-300	254,6	7,3	6,9	91,5	11,6	58,7
301-400	352,4	7,8	2,9	94,4	6,7	65,4
401-500	458,3	8,0	1,8	97,7	7,0	77,3
1.001-2.000	1.354,6	7,5	1,0	99,5	9,0	90,8
2.001e mais	2.918,1	8,0	0,5	100,0	9,2	100,0
Total	161,2	5,6	100,0	-	100,0	-

Notas: a/ As famílias sem rendimentos representaram 3,5% do número total de famílias.

b/ Excluído o município de Joaquim Pires.

Fonte: FIBGE - Tabulação especial para o IJNPS.

como um todo (0,56), mas equiparável à posição estimada para o segmento rural nordestino (0,35) ^{9/}, o que resultaria de uma configuração bem menos urbana e bem mais rural do Piauí relativamente ao Nordeste. Marginal e rural seriam, dessa forma, atributos destacados do sistema econômico piauiense por comparação não só com o contexto maior brasileiro, mas até mesmo com o universo nordestino. Outra característica associada ao padrão de bem-estar gerado pelo atual estágio econômico piauiense, está na elevada proporção que os alimentos possuem dentro da estrutura de dispêndio familiar, representando quase dois terços (64,5 por cento, mais exatamente) do orçamento doméstico típico no Piauí ^{10/}. Trata-se de uma constatação reveladora, de vez que em casos semelhantes não chega a tanto o peso dos gastos com alimentação na renda domiciliar. Em Caruaru, município do interior pernambucano com renda por pessoa cerca de uma vez e meia acima da média do Piauí, por exemplo, os alimentos representavam em 1970 44 por cento da renda familiar ^{11/}. É óbvia, portanto, a natureza difícil do padrão de vida que impera no Piauí, exigindo desusado esforço para satisfação das necessidades básicas de consumo da população.

Uma primeira compreensão do crescimento numérico da economia piauiense pode ser notada através das cifras do Quadro 2 relativas aos índices do produto interno líquido (PII) a custo de fatores, real, per capita. No período considerado - 1947 a 1969, por única e exclusiva limitação temporal dos dados - vê-se de pronto que em oito oportunidades (1949, 1951, 1953, 1958, 1962, 1964, 1966 e 1969) declinou o produto por habitante, numa clara indicação de avanço trôpego e inseguro da economia piauiense. É certo que no período em estudo como um todo a tendência foi ascendente. Mas os recuos verificados em diversos anos apontam uma insuficiência pelo menos recorrente de fatores internos à economia do Piauí, que caracterizam o quadro local como de evolução oscilante e arrastada. Este fenômeno é percebido com maior nitidez quando se observa que no Nordeste como um todo, no mesmo período, apenas em quatro vezes ocorreu queda do PII per capita

^{9/} As cifras nordestinas são de David Goodman e Roberto Cavalcanti, Incentivos à Industrialização e Desenvolvimento do Nordeste (Rio IPEA/IMPES, 1974), p.45, e se referem à distribuição da renda por pessoa remunerada.

^{10/} Dados de Clóvis Cavalcanti, et al., Estudos Sócio-Econômico do Vale do Parnaíba, op.cit., p. 8.

^{11/} Ver MEC/IJNPS-MINTER/SUDENE(DAA-AB), Suplemento de Gêneros Alimentícios de Caruaru (Recife, IJNPS, 1973), p.38.

a preços constantes (1951, 1953, 1958 e 1966), todas elas em anos de seca, os únicos, por sinal, de estiagem regional generalizada, registrados no intervalo de tempo em foco ^{12/}. Com toda a cautela que o manuseio de cifras de produto interno por região e unidade federada merece no Brasil - ainda por cima quando se recorda a natureza cheia de lacunas dos cálculos em termos reais -, pode-se fazer uma idéia da irregularidade com que condicionam a economia piauiense os fatores responsáveis pelo comportamento da atividade produtiva estadual. Atividade produtiva, aliás, que se mostra igualmente vulnerável à intervenção de forças exógenas, que de fato devem ter atuado para produzir as flutuações assinaladas em 1947-1969. No início do período, por exemplo, tem sido mencionada a situação desfavorável dos preços internacionais do babaçu e da carnaúba, que repercutiu bem intensamente no quadro econômico piauiense, diminuindo a preponderância que nele acusava o setor de comércio exterior ^{13/}.

Fixando o foco de atenção nos anos extremos da série em discussão (1947-1969), é evidente a tendência ascensional do produto interno, global e por habitante, do Piauí (Quadro 5). É surpreendente mesmo, a evolução mais favorável, em termos reais, do nível da atividade produtiva piauiense relativamente ao Nordeste, conforme se depreende do Quadro 5. Trata-se de evento indicativo da existência de condicionamentos de longo prazo favoráveis à expansão do sistema econômico, muito embora em termos de bem-estar da população esse avanço, que se processou mediante padrão oscilatório, à maneira quase pendular, deva ter gerado ansiedade e desconfiança. Deve-se duvidar, a propósito, de se esse comportamento do PIB expressa um fenômeno de melhoria substancial das condições de vida no estado, ou se trata de mera ampliação das dimensões periféricas do sistema econômico; de se o Piauí é um centro gerador de dinamismo no Nordeste ou se o padrão de desempenho desse estado não passa de produto da manipulação, nem sempre exata e metodologicamente isenta de equívocos, das cifras de contas nacionais. A resposta à dúvida parece mais se inclinar para a afirmação de que a evidência apresentada é insuficiente para que se faça um diagnóstico conclusivo

^{12/} A informação para o Nordeste até 1967 foi obtida de Goodmar e Cavalcanti; op.cit.; p.16. Para 1968 e 1969 foram feitas estimativas a partir dos dados da Fundação Getúlio Vargas a preços correntes.

^{13/} Cf. R.N. Monteiro de Santana, Evolução Histórica da Economia Piauiense (Teresina, Movimento de Renovação Cultural, Edições Cultura, 1964), p.108. Ver também SUDENE-Univ.Fed. do Ceará-COHEBE, Diagnóstico Sócio-Econômico da Zona de Influência do Boa Esperança (Fortaleza, UFC, 1967), p.624.

Quadro 5

PIAUI, NORDESTE E BRASIL: TAXAS GEOMÉTRICAS
ANUAIS DE CRESCIMENTO - 1947/1969.

(porcentagens)

Períodos, variáveis	PI	NE	BR
Produto interno líquido 1947/1968	5,5	5,3	6,2
1947/1969	5,0	5,3	6,3
População, 1950/1970.....	2,6	2,4	3,0
<u>Produto per capita</u>			
1947/1968.....	3,9	2,9	3,2
1947/1969.....	3,4	2,9	3,3
<u>Produto interno líquido</u>			
1947/1953.....	3,6	3,0	
1953/1961.....	8,7	7,9	
1961/1968.....	6,7	4,5	

Fontes dos dados básicos: Clóvis Cavalcanti, Estudo Sócio-Econômico etc., op.cit., Quadro B.2; D.Goodman e R.Cavalcanti, op.cit., p.18; Fundação Getúlio Vargas, Sistema de Contas Nacionais, 1971/1972; IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1975.

a respeito. Na verdade, os dados de renda familiar do censo de 1970, usados nos Quadros 3 e 4, mostram claramente que a concentração de indivíduos em valores ínfimos de rendimentos mensais não permite conceber um quadro promissor e representativo de importantes transformações. Com pobreza tão óbvia, é inaceitável admitir que há trinta anos, por exemplo, fossem nitidamente inferiores as condições de vida reinantes para a maioria das famílias do Piauí. Mudaram certamente, alguns sinais externos de atraso - como a renda de uma minoria 14/, os meios de comunicação, determinados serviços urbanos, a oferta de eletricidade etc. -, no entanto, as características básicas das atividades produtivas, as relações de produção e o leque de oportunidades do homem comum aparentam haver conservado seus traços característicos. A título meramente ilustrativo, a distribuição percentual do consumo de energia elétrica em 1974 no Piauí, no Nordeste e no Brasil, como abaixo se explicita 15/, contém alguns ensinamentos quanto ao ponto em discussão:

Classe de usuário	Piauí	Nordeste	Brasil
Residencial.....	30,2	19,8	20,5
Comercial.....	17,9	12,0	13,8
Industrial.....	12,4	53,2	55,5
Público.....	32,9	12,0	8,2
Outros.....	5,5	3,1	3,6
Total.....	100,0	100,0	100,0

A situação do Piauí é substancialmente distinta da nordestina, para não falar da brasileira, revelando um quadro em que prevalecem o consumo residencial e o público, opostamente à predominância no Nordeste como um todo e no país do consumo industrial. Ou seja, o surgimento no Piauí de um setor de suprimento garantido de eletricidade, no final da década de sessenta 16/, não foi capaz de suscitar cinco anos depois o aparecimento de atividades econômicas utilizadoras desse insumo básico. Se isto

14/ É difícil precisar os beneficiários dos ganhos de produtividade ocorridos no Piauí. Mas pode-se assegurar que a categoria majoritária de indivíduos vivendo a nível ou abaixo do salário mínimo não foi a beneficiada. Do contrário, que grau de miséria concebível poder-se-ia atribuir a esse grupo há umas dezenas de anos atrás?

15/ Dados da FIBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1975.

16/ A hidroelétrica de Boa Esperança, primeira e única grande usina de eletricidade do Piauí, e que beneficia igualmente o Maranhão, começou a operar em 1970, com uma capacidade instalada de 103 megawatts. Essa capacidade não foi alterada até o presente. No Nordeste, a potência instalada da energia hidráulica era de 1.777 megawatts em 1974 (dados da FIBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1975).

aconteceu, foi seguramente por falta de oportunidades espontâneas de investimento no estado.

Convém esclarecer, de outra parte, que o desempenho satisfatório do Piauí, em termos per capita, resulta também de um fenômeno que a simples estatística de renda não acusa. É que o crescimento demográfico piauiense tem se manifestado mais lento que o brasileiro, haja vista que enquanto o primeiro se processou à taxa cumulativa anual de 7,6%, no período 1950-1970, o segundo evoluiu mais depressa, à base de 3,0% (ver Quadro 5). Na mesma época, a população de São Paulo cresceu ainda mais rapidamente: 3,4% ao ano. Assim, embora seja contravertida a teoria de que a saída de população de uma área sacrifica seus recursos humanos ^{17/}, pode-se dizer que são menos intensos os fatores que, criando oportunidades de progresso individual, retêm população no Piauí, comparativamente com outras regiões do país.

Não parece ter se modificado nos períodos recentes, de ausência de informações oficiais de produto interno a nível estadual (1970-1979), a situação básica do Piauí dos anos de 1974-1969. Continuaram, é certo, a se materializar alterações em indicadores ou sinais externos de atraso. Mas a economia mesmo prosseguiu na dispação irregular antes registrado, como sugere a observação de um índice de quantum da produção agrícola piauiense, construído a partir de informações referentes a arroz, cana, feijão, mandioca, milho, babaçu e carnaúba, produtos que perfazem pouco mais da metade do produto primário do Piauí (54 por cento em 1969) ^{18/}. O índice em causa é apresentado pelo Quadro 6 (Índice A), evidenciando não só dois acentuados declínios, o último em face da seca de 1970, mas ainda uma inquietante tendência à estagnação no período 1968-1973. A série obviamente é muito curta para levar a conclusões definitivas. Inclusive, se a base for mudada para 1969, um crescimento anual de 3,1% em termos exponenciais, pode ser sentido entre esse ano e 1973.

À falta de dados mais novos para cana, babaçu e carnaúba, construiu-se alternativamente o Índice B (Quadro 6), que considera

^{17/} Milton da Mata, Eduardo Werneck de Carvalho e Maria Teresa de Castro e Silva, em seu cuidadoso Migrações Internas no Brasil (Rio, IPEA/INPES, 1973), p.20, fornecem alguma evidência para demonstrar que a população de migrantes está quase sempre "acima da média" da população que fica.

^{18/} Os processos de lavouras e a extração vegetal representaram aproximadamente sete décimos do produto primário do Piauí, sendo que arroz, cana, feijão, mandioca e milho foram responsáveis por quase 80% do produto do subsetor das lavouras. Referências para estas cifras são os dados da PGV de contas nacionais e os da FIBGE de produção agrícola (divulgados no Anuário Estatístico do Brasil). Ver Clóvis Cavalcanti, Estudo Sócio-Econômico etc., op.cit., Quadros 9.8 e 9.9.

PIAUÍ: ÍNDICE DE QUANTUM DA PRODUÇÃO
AGRÍCOLA, 1968/1975.

Anos	Índice A a/		Índice B b/	
	Valor %	Variação %	Valor %	Variação %
1968	100	-	100	-
1969	88	-12,5	85	-14,2
1970	67	-29,1	53	-26,8
1971	69	3,3	56	5,6
1972	83	20,0	80	21,1
1973	100	19,7	99	27,6
1974			81	-17,6
1975			131	62,3

Notas: a/Índice obtido do volume físico da produção de arroz, cana, feijão, mandioca, milho, batata e carnaúba, como resultado da soma do volume de produção de cada item multiplicado pelo coeficiente de ponderação que lhe cabia no valor total da produção dos sete itens considerados.

b/Mesmo procedimento do índice A, salvo pela consideração de apenas quatro produtos - arroz, feijão, mandioca e milho.

Fontes dos dados básicos: FIBGE, Anuário Estatístico do Brasil, diversos anos.

apenas arroz, feijão, mandioca e milho. A correspondência entre os dois índices é muito boa, de modo que se pode aceitar como representativa do índice A a evolução do índice B em 1974 e 1975. Nos dois últimos anos houve, de início, uma queda de produção para, logo em seguida, registrar-se poderoso avanço, chegando a estabelecer uma taxa de crescimento geométrica de 6,3% ao ano no período 1969-1975. Nada assegura que este ritmo vá subsistir. A longo prazo, a tendência natural a se esperar é de crescimento positivo a uma taxa possivelmente inferior a 5,3%, e com anos de tropeço e incerteza. Isto faz com que se torne um tanto arriscado projetar o desenvolvimento futuro da economia piauiense, dada a experiência histórica mesclada de saltos para a frente e de retrocessos, muito embora que, no saldo final, ela contenha tendência ascensional e exiba agora certos aspectos promissores. Por exemplo, o consumo per capita de energia elétrica da área atendida pela hidroelétrica de Boa Esperança cresceu de 85% entre 1971 e 1974 ^{19/}, um pulo que não chega a impressionar inteiramente, em virtude de ser de apenas 55kWh, em 1974, o consumo por habitante de eletricidade no Piauí (contra a média nordestina de 197kWh no mesmo ano).

Que se pode concluir então destes breves comentários, limitados forçosamente pela disponibilidade de informações? Basicamente, poder-se-ia dizer que o simples contacto com a vida e o quotidiano no Piauí ^{20/}demonstram com clareza um panorama de inequívoca pobreza. Há pessoas, por exemplo, que nunca andaram de veículo automotor no Piauí - não por opção, mas por debilidade econômica. Pessoas assim têm sido entrevistadas pelo autor, que também presenciou inúmeras vezes famílias numerosas dividindo entre si ínfimas rações de farinha, beiju - uma espécie de bolachão rústico feito de mandioca e que substitui o pão de trigo, quase nunca consumido na área rural piauiense - e carne seca. Os dados existentes, apesar de suas insuficiências, confirmam, na verdade, essa evidência coligida no trabalho de campo. Basta reparar no Quadro 3 a posição da renda familiar no setor rural, que não chega a

^{19/} Estimativa baseada em dados da FIBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1972 e 1975.

^{20/} Parte do estudo de avaliação que se iniciou em 1974, este artigo reflete a compreensão adquirida pelo autor no Piauí através de uma permanência no campo em trabalhos de pesquisas anteriores ao próprio estudo de avaliação. A pesquisa que se empreendeu foge ~~a metodologia~~ usualmente seguida pelos economistas profissionais, assimilando boa dose de procedimentos antropológicos e sociológicos.

quatro quintos do salário mínimo piauiense. Isto quer dizer não somente que a média de padrão de vida dos habitantes do campo é baixa, mas que, de modo mais chocante ainda, é de se esperar um número ponderável de pessoas vivendo no patamar de três quintos e até menos do salário mínimo. Pode-se argumentar que os dados consultados estejam omitindo parcelas de renda em espécie que a população formaria através de cultivos de subsistência. Pesquisa de campo dirigida pelo autor revela, a esse respeito, que a renda monetária do habitante do Piauí, por diferentes estratos de renda, constitui geralmente mais de três quartos da renda total de uma família ^{21/}. Por outro lado, os dados do censo que deram origem ao Quadro 3 não apenas parecem incorporar a renda em espécie, como na verdade seus valores se aproximam satisfatoriamente das cifras obtidas pelo autor no campo ^{22/}. Em suma, tem-se num país que fez crescer seu produto a taxas elevadas em período recente, formando padrão industrial relativamente complexo e desenvolvido, uma área onde indivíduos labutam de modo quase hercúleo para conseguir o essencial para viver.

Que é que se pode fazer de modo a alterar esse contexto? Em primeiro lugar, é preciso ter consciência de que a solução não pode ser divisada no plano de estruturas burocráticas urbanas de decisão. A natureza das debilidades do Piauí tem que ser claramente compreendida, e cuidadoso tratamento dos fatores sociais e culturais que têm condicionado tais debilidades não pode ser omitido. Além do mais, qualquer mudança que for concebida não deve ignorar três traços básicos do Piauí: sua pobreza, sua base rural e o caráter não-s sofisticado de seu universo humano. Por outro lado, se se recorda como têm sido insatisfatórios os recentes resultados dos esforços de desenvolvimento no Brasil e alhures, quando delas é feita uma avaliação compreensiva, uma tentativa deveria ser realizada para delinear o tipo de progresso que gente pobre, rural e com baixa escolaridade - como sucede no Piauí - tem em mente. Para essas pessoas, pode muito bem ocorrer que

"As coisas efetivamente úteis não serão feitas a partir do centro; não poderão ser empreendidas por grandes organizações; mas podem ser executadas pelas pessoas diretamente.

^{21/} Segundo Gláucio Gavaicanti, Estudo Sócio-Econômico etc., cap. 8, n. 37.
^{22/} Idem, seção 3.2 do capítulo 8.

Se formos capazes de recuperar o sentido de que é a coisa mais natural que cada pessoa nascida neste mundo utilize suas mãos de forma produtiva e que não está além do raciocínio do homem tornar isso possível..." 23/,

pode-se genuinamente esperar que os problemas de insuficiência de emprego e de renda sejam capazes de se superarem. É preciso, contudo, repensar a compreensão prevalente do processo de desenvolvimento, na tentativa de evitar a repetição dos resultados frustrantes que têm caracterizado o desfecho do esforço de mudar as condições de vida assinaladas na maioria dos países e regiões de baixa renda.

3. O QUADRO DE REFERÊNCIA USUAL ACERCA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ALGUMAS NOTAS CRÍTICAS

Muito embora o passado da humanidade se constitua de longos períodos de estados estacionários, a moderna eferescência de desenvolvimento tem dado a impressão, não de ocorrência excepcional, mas de fenômeno de todas as épocas. Neste sentido, o crescimento rápido não passa de mito, cujas origens se ramificam no otimismo dos economistas do século passado, de cujas crenças talvez nenhuma tenha tido maior êxito de penetração no pensamento econômico do que a da abundância universal - "conseguida por meio dos mecanismos da oferta e da procura, da livre concorrência, da retribuição à laboriosidade e à poupança, e do justo castigo aos preguiçosos e aos dilapidadores" 24/. Assim, embora a expressão "desenvolvimento econômico" só haja feito sua inclusão sistemática na literatura depois da segunda Guerra Mundial, a ideologia que prevalece como se fosse um fato da realidade social de todas as épocas é a que almeja o rápido aumento da renda per capita, o crescimento da fatia do produto nacional gerada no setor secundário e a multiplicação dos componentes do fluxo de bens e serviços elaborados pelo aparato produtivo. Como receita para esse fim, aponta-se a necessidade de trabalho árduo, com sacrifício do lazer. Recomenda-se igualmente a renúncia ao consumo atual, em prol de um distante e às vezes tarde

23/ E.F. Schumacher, Small Is Beautiful. Economics as if People Mattered (Londres, Harper & Row, 1975), p.220.

24/ Ángel Palerm, "Ensayo de Críticas al Desarrollo Regional en México", David Barkin, editor, Los Beneficiarios del Desarrollo Regional (México, Secretaría de Educación Pública, 1972) p.13.

consumo futuro, com elevação correspondente da taxa de poupança. Tudo isso contribuiria, através do aumento na taxa de investimentos, para a melhoria nas condições materiais de vida, ignorando-se, entretanto, seus efeitos no bem-estar efetivo e no gozo da vida, a que aspiram todos os indivíduos. Além disso, a ideologia do desenvolvimento prevalecente não se preocupa em validar seus postulados mediante confronto daquilo que procura promover com o quadro de preferências individuais, atitudes, sentimentos, normas de conduta, planos e aspirações das pessoas diretamente relacionadas com as mudanças desejadas. No modelo de raciocínio econômico aceito, na verdade, os indivíduos vão aparecer não pela postulação de uma explícita função de preferência social, mas unicamente pelo aporte que oferecem à base de recursos de mão-de-obra da economia. Tudo se passa como se, na Figura 2, em que o eixo das ordenadas indica volume de bens e serviços de modo geral (Y) e o das abscissas, alegria de viver (Z) - ou lazer, para ser mais convencional - e em que a curva de possibilidades de produção entre Y e Z é a linha PP, inexistisse o mapa de preferência social representado pelas curvas de indiferença I, I', I" etc. Dessa forma, as decisões econômicas são tomadas, escolhendo-se um ponto de produção Q, independentemente do desejo dos indivíduos de, em conjunto, situarem-se nele ou, como sugere o diagrama, ficarem em R, por exemplo, que no caso maximizaria o bem-estar coletivo, muito embora aí uma quantidade menor de dimensão QA, de bens e serviços, fosse produzida por comparação com o ponto R.

Caracterizar desenvolvimento como o aumento persistente do produto por habitante, acompanhado de modernização das formas de consumo, é supor que os indivíduos ajam com o fim exclusivo de dispor de mais bens e serviços, em busca de pontos como o ponto Q na Figura 2, não importando que esforço devem realizar para tal fim. Nesta acepção, as pessoas visariam expandir seu fluxo de renda com vistas a dispor de conforto crescente, qualquer satisfação espiritual que possam ter, ou sacrifício de valores que possam sofrer, não chegando a afetar o grau de desenvolvimento que se está medindo. A tônica desta ótica, que efetivamente representa o denominador comum da concepção de desenvolvimento consagrada pelos textos e pela experiência concreta de planejamento e política econômica desenvolvimentista, está voltada para crescimento em tamanho

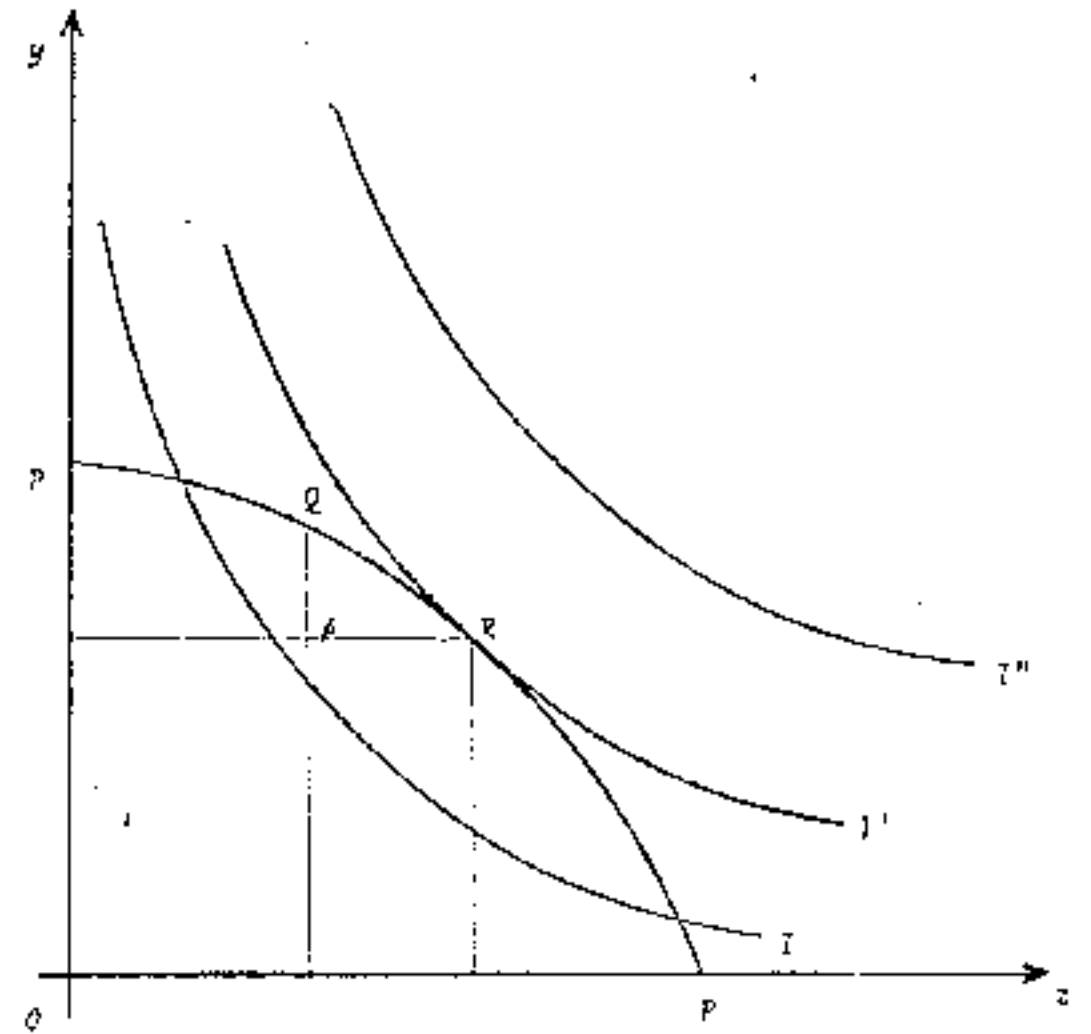


Figura 2

e força, dissociando-se de um empenho para aperfeiçoamento daquilo justamente que distingue o ser humano - suas qualidades mentais, seu coração, seu espírito 25/. Ademais, essa ética atribui valor apenas a o que o sistema produtivo gera de bens e serviços, esquecendo quer a simultânea criação de "males" e "desserviços" sócio-econômicos - que seriam bens e serviços negativos 26/-, quer as alterações irreversíveis que efetua sobre o meio ambiente, sujando-o e sugando a taxas suicidas seus recursos não renováveis. Assim entendido, o desenvolvimento não leva necessariamente a que as pessoas se sintam mais felizes e tenham mais alegria de viver. Afinal, gozar uma existência que tudo leva a crer ser única, aqui e agora, parece representar finalidade a que aspira a quase totalidade das pessoas. A pergunta que se deve fazer, então, é se o processo de desenvolvimento acelerado que se busca como alvo supremo conduz a essa realização.

Sujeitar à satisfação dos indivíduos o incremento na produção de bens e serviços, à maneira do ponto R na Figura 2, deveria ser, pois, a primeira exigência a se fazer de um modelo de desenvolvimento. Uma sujeição assim implica em conter a produção de bens e serviços, de modo a que os custos dela decorrentes sejam mantidos dentro de limites, em termos dos males e desserviços correspondentes. Para tanto, o desenvolvimento deve ser concebido "a partir de uma identificação das necessidades fundamentais da população e da mobilização desta para assumir a responsabilidade de muitas obras que a beneficiam" 27/, evitando-se que se pratique a cópia de modelos - verdadeira transplantação de formas de viver - que se realiza. Neste particular, a industrialização é uma das receitas a que se atribuem poderes mágicos e natureza universal 28/ na promoção do desenvolvimento, associada, na forma em que geralmente se pratica, à influência das grandes empresas multinacionais

25/ A importância deste ponto, que pode indispor uma mente mais científica, é destacada pelo falecido astrônomo Harlow Shapley, em The View from a Distant Star (New York, Basic Books, 1953), p.88. Ex-Presidente da American Association for the Advancement of Science, dificilmente pode ser Shapley acusado de manter uma posição conflitante com a perspectiva científica.

26/ Ver, a propósito, Barbara Ward, "Human Settlements - Crisis and Opportunity", Economic Impact, 1975/1, p.37.

27/ Celso Furtado, "O Capitalismo Pós-Nacional - Uma interpretação da Crise Econômica Atual", Cadernos de Opinião, nº 1, p.25.

28/ Cf. Ignacy Sachs, "Ecodeesarrollar", Ceres, Revista FAO sobre el Desarrollo, nov-dez. 1974, p.9.

e à estrutura em que se organiza o sistema econômico dos países do centro. No entanto, a industrialização é vista como mola do desenvolvimento, como objetivo crucial dos programas de mudança econômica e como símbolo de status. Sua estimulação se faz tanto do lado da produção quanto do consumo, o último recebendo impulsos através da reprodução pelas elites econômicas dos países menos desenvolvidos dos padrões de consumo banalizados nas economias desenvolvidas. Possuir um bem manufaturado, uma bugiganga eletrônica, um instrumento que poupe energia humana, qualquer que seja ele, usando irrefletidamente todas essas coisas - que são de utilidade muitas vezes idiota ou meramente bizarra - representa apanágio da feição convencional imaginada para atestar o desenvolvimento 29/.

Por outro lado, o avanço da industrialização nas áreas de baixa renda possui o impacto de uma agressão: subitamente, passa-se da enxada para o computador eletrônico, absorvendo-se nessa passagem toda a constelação de valores e de traços culturais pré-existentes, que se substitui por novo quadro de referência predominantemente importado. Com o desenvolvimento, de fato, generalizam-se os padrões de consumo, protegidos pela crença indisputada - em grande parte imposta por um esquema publicitário que não se guia por uma ética da propaganda - de que se podem universalizar as estruturas de necessidades do indivíduo. A transformação que tem lugar apoia-se na acumulação de capital e no emprego amplo da ciência e tecnologia, deslocando práticas e experiências ajustadas através de um trabalho muitas vezes secular realizado nos locais submetidos

29/ Georgescu-Roegen cunhou a expressão "circondrome do aparelho elétrico de barbear" para descrever essa obsessão industrial: inventar um aparelho que permita ao indivíduo barbear-se mais rápido, a fim de lhe dar mais tempo para desenvolver um aparelho de barbear mais rápido, a fim de lhe dar mais tempo para desenvolver um outro aparelho de barbear que opere ainda mais rápido e assim por diante ad infinitum. N. Georgescu-Roegen, "Energy and Economic Myths", in W. Burch e F.H. Borman (eds.), Growth Limits and the Quality of Life (S. Francisco, Freeman, 1934), seção 9. O problema, a meu ver, pode ser ampliado, para incluir o fato de que a obsessão industrializante, procurando criar todo tipo de conforto, enfraquece o homem, tornando-o menos apto a equilibrar-se com o meio, com a natureza; e podendo influir desfavoravelmente em sua capacidade de pensar e de liderar, com o espírito, a tecnologia.

ao processo de transformação 30/. A mesma transformação não resulta de manifestação por parte dos beneficiários presumíveis de que deve ser realizada. Via de regra, seu acionamento representa uma imposição que colide não somente com o sistema de valores prévio, como também com interesses materiais mesmo da comunidade. A decisão do governo brasileiro de construir em S. Luís do Maranhão - mais exatamente em Itaqui - um pólo siderúrgico e de exportação de minério de ferro e aço, é bom exemplo disso 31/. No entanto, a essência da realidade do homem está enraizada no social e todos os fenômenos que o rodeiam, que explicam ou revelam seu comportamento, não podem ser desligados do social, a não ser por motivo de abstração. Daí a importância de se respeitar a vontade humana, mesmo nos seus aspectos mais triviais. É preciso ver que a compreensão dos fenômenos, como a natureza, não se faz por saltos. E que procedimentos simples e empreendimentos modestos - muito mais talvez do que obras espetaculares - podem levar à verdadeira promoção humana, que o sentido legítimo do desenvolvimento deve buscar.

Responsável em importante escala pela difusão generalizada daquilo que alguns críticos batizam de "crescimentomania" - "growthmania" no original inglês 32/ -, a abordagem convencional da ciência econômica, ao omitir aspectos fundamentais da organização do processo econômico no quadro da atuação do homem, conduz a um otimismo de perspectiva que promove a ideologia desenvolvimentista com a força de um rolo compressor. No modelo de análise econômica preva

30/ O assunto em epigrafe foi objeto de interessante exposição do engenheiro José Walter Batista Vidal ("Os Valores Tropicais de Cultura Ante os Impactos Desenvolvimentistas", não publicada) na reunião do Seminário de Tropicologia da Universidade Federal de Pernambuco, coordenado por Gilberto Freyre, de 19 de junho de 1975. Na ocasião, Vidal mencionou opinião do Almirante Paulo Moreira da Silva de que o saveiro, embarcação usada na baía de Todos os Santos, é uma obra prima da engenharia naval, além de ter custo zero em termos de energia. Pois bem, este veículo está sendo substituído por equipamento copiado de experiências exóticas, geralmente dispendioso quanto ao consumo de combustível, à conta de um desenvolvimento que não pode parar.

31/ O projeto previa, em 1975, que a população de S. Luís passaria de 300 mil habitantes, à época, para 1.200 mil em 1985. Previa também que a usina siderúrgica de Itaqui estaria produzindo, em 1985, 16 milhões de toneladas - o dobro de toda a produção brasileira em meados dos anos setenta. Pois bem, nenhuma preocupação quanto à repercussão do projeto em termos dos condicionamentos sócio-culturais se registrava nos documentos relativos ao gigantesco empreendimento. Ver, a esse respeito, o material preparado pela firma de consultoria PLANAVE.

32/ Cf. por exemplo, E.J. Mishan, The Costs of Economic Growth (Harmondsworth: Penguin Books, 1973), cap. 1.

recente, com efeito, não se destaca o papel decisivo desempenhado no mundo real pelo meio ambiente, nem se dispõe de elementos para solucionar a formação dos preços dos recursos esgotáveis. No último caso, conhecida a maneira como se fixa em geral na teoria econômica o preço de um artigo, à semelhança de um leilão, seria preciso que as futuras gerações estivessem representadas para se chegar a um resultado incontestavelmente relevante ^{33/}. Não sendo assim, os economistas têm apelado para a crença mitológica de que o homem encontrará sempre meios de descobrir recursos e que, por exemplo, quanto aos perigos de exaustão das fontes conhecidas de energia, será sempre capaz de imaginar uma nova coisa ^{34/}. Convém recordar no entanto, que o homem comete uma violência contra a natureza ao explorar vorazmente as fontes limitadas de energia, quando se sabe que existem fontes ilimitadas - o vento, o sol, os oceanos, energia eletromagnética, calor geotérmico, e assim - de ínfimo nível de exploração. É que isto não tem sido uma constante da presença do homem no planeta, porquanto os recursos inexauríveis, como o carvão vegetal, que é energia solar, constituíram até o século XIX a base de obtenção de combustível. Daí não se poder admitir sem mais aquela que a humanidade será sempre capaz de imaginar uma nova saída para o impasse energético. Em virtude de posição como essa e da completa lacuna quanto à relação entre processo econômico e quadro ecológico, é que a noção de desenvolvimento não considera restrições físicas que o meio e a disponibilidade a longo prazo de recursos podem efetivamente representar. Todavia, concebendo-se uma "função de sujeira", paralelamente à função de produção, que englobasse o fluxo de males e desserviços engendrados pela produção de bens e serviços ^{35/}, poder-se-ia ponderar mais legitimamente acerca do valor puramente econômico do processo de desenvolvimento, talvez encontrando um nível de equilíbrio para a atividade econômica quando o valor dos bens e serviços marginais se igualasse ao de males e desserviços marginais, corretamente estimados.

^{33/} Ver Georgesou-Roegen, *op.cit.*

^{34/} Wilfred Beckerman, "Economists, Scientists, and Environmental Catastrophe", *Oxford Economic Papers*, XXIV, nº 3, p.336.

^{35/} A noção de "função de sujeira" está implícita na argumentação de Carl Madden, "The Greening of Economics", *Economic Impact*, 1975/1, p.50.

4. A CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO PIAUÍ

Olhado da perspectiva que emoldura a compreensão usual do processo de desenvolvimento, o programa denominado Projeto Piauí (PP) corresponde a uma concepção pouco assemelhada com o marco de referência comum. Com efeito, uma análise dos propósitos e da metodologia de ação do Projeto, em confronto com a experiência por este já ensaiada, revela que as principais fontes do bem-estar social visadas não se devem buscar no crescimento econômico per se, mas antes nas raízes de um viver agradável. A estratégia imaginada para que isto seja alcançado define-se na noção de "desenvolvimento integral participativo" (DIP), a qual rejeita a visão tecnocrática do processo econômico - caracterizada por Mishan como uma vasta casa de força em que cada adulto homem ou mulher é encarado como uma unidade potencial de insumo a ser atrelada a um sistema gerador, do qual flui o que Mishan denomina de "this vast stuff called industrial output" 36/-, substituindo-a por uma visão humanística, onde são realçados aspectos comumente ignorados na acupção mais freqüente do desenvolvimento. Vão compor esta visão do Projeto elementos relacionados com a promoção da qualidade da vida - o viver agradável já referido - e da justiça social e com a ampliação do leque de oportunidades do homem comum, para cujo atingimento concebeu-se um esquema cuja maior força não está no rigor analítico - rigor, aliás, insatisfatório e com lacunas que podem comprometer o poder de atração da idéia-, mas sim na abertura efetuada para se mirar o universo social como um complexo de sistemas, do qual o sistema econômico é apenas parte.

Essencialmente, o Projeto Piauí reduz-se a uma fórmula para desenvolvimento de um universo social 37/, o traço distintivo do modelo consistindo em não se explorarem variáveis omitidas no tratamento convencional dos problemas de mudança nas condições econômicas. Seu ponto de partida pode ser resumido na afirmação de que

36/ Mishan, op.cit., p.39.

37/ O do estado do Piauí, no caso, que foi escolhido para teste da idéia pela efetiva razão de ter o Projeto recebido promessa de apoio do governo estadual em 1971 e de haver contado com recursos federais para tornar viável a execução do programa no território piauiense. Além disso, o meio sócio-cultural desse estado, ainda em estado de certa pureza, levava a se crer nas vantagens de sua escolha para teste da idéia.

"as raízes do desenvolvimento devem se fixar na ideologia e no comportamento (práticas, símbolos, praxes, crenças, valores e sanções) dos personagens de cada sistema" 38/ em que se pode separar o universo social. Presumivelmente - porque não está declarado em nenhum trabalho escrito do Projeto -, esta posição diante do crescimento resulta de contestação ao modo pelo qual o desenvolvimento brasileiro recente tem se processado, ignorando certas dimensões humanas e não pesando devidamente aspirações e perspectivas de grande parte, senão mesmo da maioria, da população. Na realidade, o fundamento da ideologia do Projeto Piauí, segundo se depreende de exame mais aprofundado do texto de trabalhos da Fundação Projeto Piauí (FPP) 39/, localiza-se na convicção de que a pessoa humana representa o principal destinatário de todo o benefício do desenvolvimento, não sendo correto postular o que é bom para o indivíduo sem antes se conhecer de fato como ele encara tanto a oferta de bens materiais quanto a busca de uma vida feliz, de realizações em diversos planos. Esta convicção se desdobra na proposição de que o problema não é simplesmente produzir mais riqueza, mas valorizar o homem - assumindo em relação a este um respeito ativo, a fim de ajudá-lo a "ser mais". Na consecução desta tarefa de promoção integral do indivíduo, inserido em seu universo social e assumindo dimensões bio-psicológicas, culturais, ecológicas e históricas de sua realidade, necessita-se de um conhecimento mais penetrante da cultura, da ideologia e do comportamento do homem, para encontrá-lo em sua dignidade, profundidade e grandeza e para identificar quais os fins que realmente persegue. Este conhecimento é que vai propiciar condições para que as escolhas de iniciativas concretas de desenvolvimento se façam sem provocar traumatismos e ajustamentos dolorosos, levando em conta as aspirações

38/ Grupo Tarefa Interministerial Projeto Piauí, Projeto Piauí: Um Modelo Brasileiro de Desenvolvimento Integral Participativo (Terresina, s.d.), p.12.

39/ A FPP foi o esquema institucional imaginado em 1972 para levar à frente a iniciativa do Projeto, constituindo órgão da administração indireta do estado, inicialmente com vínculo direto junto ao governador e que de agosto de 1975 a junho de 1976 subordinou-se à Secretaria de Planejamento, ligando-se em seguida à Secretaria do Trabalho e Promoção Social. Depois, em 1978, o Projeto Piauí passou para o âmbito da Fundação Universidade Federal do Piauí.

genuínas do grupo social.

Na perspectiva do Projeto Piauí, o desenvolvimento que se colima é o integral ou, para usar a linguagem do próprio PP, o polissistêmico - e não apenas o setorial ou o sistêmico, centralizado como é praxe no sistema econômico. Assim, uma estratégia de desenvolvimento à la PP, simplesmente aumentar a taxa de investimento ou o ritmo de transferência da tecnologia não representa um trampolim para se atingir o quadro de mudança concebida. Um esforço deve ser feito, ao invés, para acionar elementos relacionados com a vida do indivíduo no universo social, levando em conta a valoração social, o complexo de parentesco, a segurança, as preferências religiosas da comunidade etc. Similarmente, o desenvolvimento deve contar com a intervenção consiente do homem, tanto como agente quanto como beneficiário dos resultados do processo. Esta participação poderia se lograr mediante, por exemplo, um processo de informação e treinamento que conduzia-se a pessoa a conhecer a realidade das mudanças -, permitindo o reconhecimento da posição de marginalidade ou de privilégio em que se encontra - e a melhor formular metas para a mesma mudança. Neste sentido, cabe à educação como sistema social de transmissão da cultura e de promoção da criatividade, um papel que não contemple apenas os aspectos de facilitação do progresso técnico e de capacitação de recursos humanos qua formação de mão-de-obra.

Programa de mudança cultural que colima também introduzir novas perspectivas para o tratamento de questões ligadas à promoção do homem, o Projeto Piauí implica no acionamento de variáveis que tratam de relações comportamentais, muitas vezes de difícil apreensão e quantificação incerta. Na raiz desta característica, que leva a se pensar numa improbabilidade de operacionalização do Projeto, está o fato de o modelo originar-se de formulação teórica que se destinava antes de tudo a substanciar tese doutoral em antropologia do desenvolvimento 40/, tese que presumivelmente não tinha maior preocupação de fazer do

40/ Do antropólogo João Ribeiro de Oliveira e Souza, coordenador estadual da FPP. A ida de João Ribeiro para o Piauí foi facilitada por conta de relações de amizade e do conhecimento que travou em inícios de 1971, ocasião em que ficou acertada a realização do experimento, o qual começou oficialmente em junho do mesmo ano. A J. Ribeiro foi confiada a direção da experiência e, mais tarde, a coordenação da entidade que assumiu a responsabilidade de fazer executar o programa, teoricamente assessorando o governo do estado na consecução de suas metas.

modelo instrumento de uso imediato. A tônica em aspectos comportamentais de natureza mais qualitativa prende-se a que o desenvolvimento pretendido deve procurar abranger perspectivas que, ultrapassando a esfera puramente econômica, atinjam o marco das condutas básicas dos indivíduos. Não sendo comum nas ciências humanas - por força de seu próprio caráter e sentido de desenvolvimento metodológico - utilizar referências analíticas quantificáveis, do jaez encontrado na ciência econômica, termina-se inevitavelmente com uma ênfase forte em casos como esse do Projeto, nos ingredientes de cucho muito mais qualitativo. O caráter experimental da PP é frequentemente invocada - assim sugerindo-se a transitoriedade do modelo. Nele percebem-se oportunidades de experimentação de política social numa ótica que põe em relevo a melhoria da qualidade da vida. Esta possibilidade é, por sua vez, decorrente da metodologia com que o Projeto analisa o universo social - elemento que parece ser o pilar mais vigoroso da concepção -, vendo-o como agrupamento humano que forma um todo indivisível, similar ao universo biológico, constituído de sistemas sociais interligados e interdependentes. Na prática, o Projeto Piauí vai envolver múltiplos fatores, por interferir na atividade econômica e atuar na mudança de comportamento, possuindo temperos dos programas convencionais de desenvolvimento e de vetor de modificação no contexto sócio-cultural, uma diversidade que se unifica na noção de desenvolvimento integral, do todo, conferindo destaque tanto à procura de bem-estar material ou progresso social, quanto à de crescimento em espírito que promova novas maneiras de ver, de viver e de agir de acordo com as preferências da comunidade.

Para orientar sua compreensão da realidade, o Projeto Piauí identifica o universo social como um complexo de sistemas sociais interligados, segundo o esquema da Figura 3. São onze os sistemas distinguidos, cada um deles examinado a partir de componentes estruturais que, como revela o diagrama, abrangem (1) um painel biográfico, (2) um painel cultural, (3) um painel ecológico e (4) um painel histórico. Arbitrária como toda classificação, essa visão sumária, porém, equipara as diversas dimensões do universo social, reduzindo o papel usualmente conferido à esfera econômica ou, pelo menos, atribuindo-lhe importância equivalente à que se dá aos demais setores de atividade do homem no grupo social. Concretamente, a função do quadro sinótico em apreço é orientar nas decisões quanto a iniciativas tomadas para o desenvolvimento de comunidades específicas, permitindo que se trace o alcance e se fixe o valor das medidas com respeito a cada um dos sistemas. Projetos alternati

vos podem ser então avaliados em termos não apenas de sua rentabilidade, mas de um conjunto de efeitos sobre o complexo das mais diversas relações sociais. Desse modo, um projeto de colonização que permita exploração mais racional de práticas tradicionais do local pode ser comparado com um outro no qual grandes mudanças tecnológicas estejam envolvidas, cotejando-se não somente relações de benefício-custo como também aspectos de comportamento, de escolaridade, de valoração social etc., compreendidos em ambas as iniciativas.

Embora para ser operado dentro do marco institucional vigente - garantia de viabilidade do modelo -, não deixa de parecer excepcional o papel que o Projeto Piauí se arroga. Esta excepcionalidade começa com a própria moldura teórica empregada, a qual foge ao procedimento comum nas análises de desenvolvimento, onde a base humana é considerada apenas na sua qualidade de supridora de um dos recursos produtivos. Além do mais, somente fatores econômicos e demográficos têm interesse analítico mais acentuado nessa ótica convencional. A metodologia de trabalho do Projeto Piauí, ao contrário, identifica onze componentes no universo social que representam prismas da vida de relação do indivíduo. Tais componentes integram-se completamente, incluindo (ver a Figura 3): (1) o sistema de parentesco, ou seja, o núcleo familiar e também a base demográfica do universo social; (2) o sistema de lealdade, representando os laços de solidariedade, amizade e sentimento de grupo; (3) o sistema de lazer; (4) o sistema religioso; (5) o sistema de educação, compreendendo educação formal e informal, além de capacitação dos indivíduos para a criatividade e mudança; (6) o sistema de segurança, que se reforçaria pelo caráter participativo do desenvolvimento concebido, desobstruindo os canais de comunicação entre povo e governo ^{41/}; (7) o sistema de valoração social, no qual se contém a hierarquia de preferências da comunidade, dado fundamental para a visão do Projeto; (8) o sistema econômico, que é subdividido em subsistemas de produção, manutenção, patrimônio e infra-estrutura; (9) o sistema político, ligado às aspirações e comportamento do grupo em face da administração do bem comum; (10) o sistema jurídico; e (11) o sistema sanitário.

^{41/} Segurança aqui se entende num sentido que não inclui somente defesa nacional, mas que abarca a segurança econômica, a segurança institucional e a segurança individual e grupal.

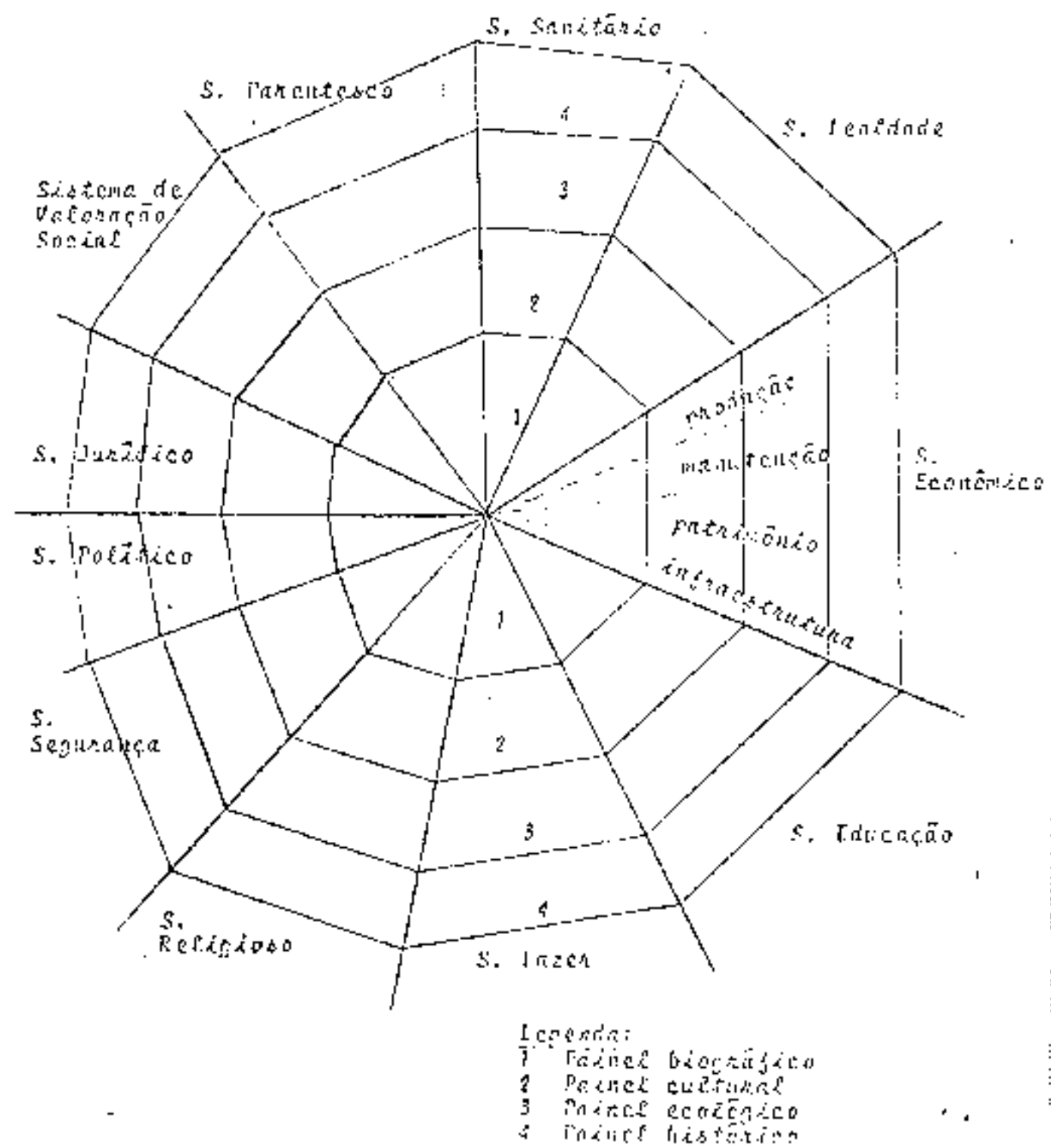


Figura 3:

O conceito básico que permeia toda a discussão relacionada com o Projeto Piauí é o de desenvolvimento integral participativo (DIP). De acordo com esta noção, o desenvolvimento seria por um lado, crescimento econômico global e, por outro lado, mudança paralela nos componentes estruturais dos sistemas que constituem o universo social - representando assim progresso das diversas dimensões da pessoa humana, que não é só homo economicus. E progresso obtido sem que o indivíduo permaneça em posição passiva e que não constitua mera passagem da miséria à abundância, desde que, como bem define o Padre Lebrer, a antítese da primeira não é a segunda, mas antes a valia. A caracterização formal do desenvolvimento integral participativo especifica a qualificação de integral pela natureza do processo a ser promovido, que é de maneira a abarcar não só perspectivas econômicas, mas toda a gama de sistemas que explicitam a vida de relação do homem, e a de participativo por se considerar fundamental que o povo com o governo englobe e dinamize seu próprio desenvolvimento, permitindo participação mais consciente e em igualdade de chances dos indivíduos nos benefícios do processo. Este fim seria mais facilmente alcançado via intervenção consciente das pessoas nas iniciativas e decisões que lhe dizem respeito. Para realizar o DIP, por sua vez, um pressuposto da ação do Projeto requer conhecimento das pessoas que integram o grupo para o qual se está formulando a mudança, ou seja, devem-se definir aspirações, cultura, meio ambiente e quadro histórico da comunidade envolvida, mediante estudo profundo da realidade de seus integrantes. DIP é, desse modo, mudança social a partir de mudança cultural alicerçada no conhecimento das aspirações, crenças e valores do povo, implicando em forte respaldo do sistema social de educação, que prepara os indivíduos para a mudança dos mesmos valores culturais, crenças e aspirações.

Geralmente, nos planos, programas e projetos de desenvolvimento uma feição cuja constatação se lamenta é a de as decisões cruciais - inclusive a decisão mesma de se se deve ou não encetar determinada obra - serem tomadas sem qualquer intervenção explícita das comunidades que pagarão pelos custos e gozarão dos benefícios dos empreendimentos. Normalmente, o que se faz é, por exemplo, elaborar-se o projeto de construção de uma siderúrgica, de um distrito industrial, de um porto ou de um perímetro irrigado, escolhendo-se o local sem que se consultem sequer os administradores da área para saber se eles aceitavam a escolha feita. O que se pede é que estes administradores provi-

denciem as medidas que tornem viável o apoio de que necessita o projeto. Presume-se nesse esquema que o cérebro das decisões seja capaz de, autocraticamente, optar pelo melhor caminho, interpretando de seu distanciamento quais as vontades, aspirações e desejos das comunidades 42/. Assim, o que torna atrativa a idéia do projeto Piauí é a tentativa de modificação do mecanismo de promoção do desenvolvimento através da possibilidade que passam a ter os grupos sociais de participar das decisões, estabelecendo critérios que fixem o que é melhor e pior para eles - ao menos em tese. A mudança social, por sua vez, não deve ocorrer em escala grandiosa. O trabalho do PP orienta-se quanto a isto no sentido de fazer com que as pessoas possam melhorar sua vida dentro dos padrões que conhecem - y.g., aprendendo a usar tempo e recursos locais para artesanato, melhorando condições da residência, introduzindo certos hábitos alimentares etc. 43/.

5. AValiação Sócio-Econômica do Projeto Piauí: Uma Síntese

Esboçada na seção anterior, assim genericamente, a concepção do Projeto Piauí pode parecer algo simplista. Na verdade, falta-lhe ainda melhor descobrimento analítico, sobretudo com apoio em teoria econômica ou com emprego de ferramentas de análise dos economistas. Grande parte do seu conteúdo recorre à esfera da educação como disciplina metodológica, servindo-se igualmente de categorias sociológicas e antropológicas nem sempre devidamente arrumadas. Isto se deve, possivelmente, a uma concentração de esforços que a Fundação Pro

42/ Uma ilustração deste ponto é a decisão do governo pernambucano de implantar na baía de Suape, recanto natural sumamente belo do estado, um complexo industrial-portuário.

43/ A propósito, tratando de um projeto de melhoria de casas, o documento da FPP Plano Educacional do Projeto de Melhoramento de Casas do Bairro Miramar em Bom Jesus (Teresina, s.d.), p.4, comenta: "Deve-se levar em conta nessas reuniões que não se trata de mudança brusca de hábitos e costumes em função de um modelo de casa pré-estabelecido. É a partir dos hábitos e costumes já estabelecidos, dos quais precisamos tomar conhecimento, que levantaremos questões para debates, trocas de experiências, a fim de os moradores pensarem no assunto proposto e deles partirem as soluções. Os hábitos estabelecidos devem ser respeitados. Uma pequena modificação no já existente pode surtir mais efeitos que a introdução de muitos elementos estranhos à vivência diária".

jeto Piauí foi obrigada a fazer, a fim de demonstrar a validade da idéia, executando iniciativas concretas, sem maior alcance, e tendo que abandonar toda a área de aperfeiçoamento da concepção por razões de ordem prática. Na realidade, como parte de uma administração estadual de quatro anos de duração, forçada por compromissos políticos a demonstrar poder realizador, o Projeto Piauí terminou envolvido em tarefas totalmente distintas de suas finalidades. É pior ainda: o governo não encampou decididamente a idéia, ao que tudo indica em virtude de temores suscitados por representantes e chefes das velhas correntes políticas estaduais e também por estar infiltrado do modo convencional de promoção do desenvolvimento. Patentou-se mesmo uma forte resistência ao Projeto Piauí entre a antiga liderança política do Piauí, sendo inúmeros os episódios de repúdio. A crença comum de que o desenvolvimento é aumento do produto por pessoa, não interessando aquilo que não se traduzia em grandes investimentos como programa de mudança, tem sido de outra parte um obstáculo natural para que se firme a proposição epitomizada no Projeto Piauí. Entretanto, nas vezes em que o Projeto pôde desenvolver sua metodologia, como no empreendimento de colonização Núcleo Colonial Aliança do Gurguéia ou no treinamento de técnicos de nível médio para as prefeituras piauienses, evidenciaram-se benefícios que podem ser sentidos através de uma comparação entre os grupos assistidos e grupos semelhantes não trabalhados, e mediante observação e contato demorado com as comunidades. No caso do Núcleo Colonial referido, por exemplo, bastou um empenho simples de modificação do sistema de comercialização artes vigente para produzir resultados palpáveis. E o êxito da iniciativa nesse caso é bem visível porquanto a pouca distância do núcleo, uma colônia auspiciada pelo governo federal através do INCRA, com apoio bem mais óbvio de recursos técnicos e financeiros, ainda tem que demonstrar seu valor ^{44/}.

^{44/} A experiência do Núcleo Colonial Aliança do Gurguéia, iniciada por um padre da região, do município de Eliseu Martins no sul do Piauí (Pe. José de Anchieta Mauriz Cortez), foi agregada à ação do Projeto, do qual o padre se tornou inclusive técnico. O modelo de atividade aí empregado não pode ser resumido em poucas linhas. Mas sua técnica principal é a de não impor nada ao homem local, impedindo por exemplo que o planejamento de sua casa seja feito por especialistas, a distância, como é comum nos projetos de colonização e irrigação. No exemplo referido, que se reproduz em outra iniciativa do PP a pouca distância - trata-se do projeto piloto de Desenvolvimento Integral Participativo Rural (DIP-R) -, são os próprios colonos quem especificam os requisitos de suas moradias e quem as constroem em mutirão.

A estratégia de ação do Projeto, concentrada inicialmente em número limitado de municípios e, depois de 1975, em uma única microrregião (Correntes), começa sempre com um contacto com as comunidades de base, através do qual se traça um perfil do grupo. Este, em seguida, e com lideranças devidamente treinadas, identifica suas principais carências, levantando também os recursos de que dispõe. A partir daí, comunidade e Projeto passam a colaborar no desenho das iniciativas que irão propiciar a satisfação das carências identificadas, definindo-se os bloqueios internos e externos que impedem a realização das medidas, bloqueios cuja remoção exige muitas vezes o acesso a níveis de decisão completamente fora das possibilidades do grupo. Ainda assim, apelando-se para os canais competentes, pode-se chegar à meta estabelecida pela comunidade. Um exemplo seria a necessidade de construção de uma claria em local que depende da construção de uma estrada. Pode não ser fácil conseguir esta última, especialmente existindo um plano rodoviário rígido para o estado. De qualquer forma, reunindo-se as pessoas, estimulando-se sua participação nas escolhas e obtendo-se sua aliança para a fase executiva, obtém-se uma frequência pouco comum em projetos de desenvolvimento, geralmente concebidos que são de cima para baixo, autocraticamente.

Como inserir, porém o Projeto Piauí na moldura da administração e do planejamento estadual, dada sua condição de órgão de assessoramento, planejamento e coordenação? Uma dificuldade nesse sentido reside no fato de o projeto ser também um modo de encarar a mudança cultural, uma filosofia de ação. É este um problema a desafiar solução, segundo pode-se concluir da inspeção feita da FPP. No caso do Projeto Piauí, ademais, há a registrar o tipo de planejamento experimental, de baixo para cima, que constitui seu penhor e que poderia transformar-se numa ferramenta inovadora do planejamento estadual institucional. Era intenção do estudo avaliativo, a propósito, aquilatar as repercussões do trabalho da FPP a nível de toda a máquina administrativa estadual do Piauí, a fim de conferir se uma das metas do Projeto - de introduzir uma metodologia nova e uniforme para o funcionamento do setor público colimando o desenvolvimento integral participativo - havia sido posta em prática. Sem embargo, depois de algumas entrevistas com pessoal do governo piauiense, ficou evidente que a influência da FPP nos escalões administrativos do estado limitou-se a casos isolados de introdução de uma terminologia e, em certa medida, de mentalidade diferente. Efeitos palpáveis não puderam ser percebidos.

Perceptível fraqueza do Projeto seria a identificação de um descompasso entre teoria e tentativa de aplicação do modelo - o Projeto Piauí muitas vezes tendo agido, já que a idéia não dava certo, no sentido de adaptar a realidade à idéia, ao invés de realizar o procedimento inverso. Para alguns observadores, no fundo, a idéia mesmo é que não pode ser realizada, representando tão-só exercício de interesse acadêmico. Isto, todavia, não deve ser aceito como julgamento definitivo, até porque a experimentação em que consiste o Projeto jamais foi implementada nas bases sugeridas pelo modelo, ou seja, com a FPP sem tarefas executivas, meramente assessorando os órgãos de desenvolvimento do Piauí. Ao que tudo indica, a FPP foi forçada a incorrer, para comprovação da viabilidade do modelo, em equívoco de perspectiva, assumido conscientemente pelo Projeto de modo conflitante com sua própria metodologia, e que provocou resistências além das que seria legítimo esperar do sistema político. Parece ter sido, na realidade, o próprio sistema político - por falta de conhecimento do programa de DIP - que empurrou o Projeto para o equívoco, afastando-o de sua tese original. Esse mesmo sistema político, abalado pelos resultados das eleições municipais de 1972 em Parnaíba - terra do governador Alberto Silva - favorecendo a oposição, interiorizou na filosofia do Projeto, forçando o deslocamento das atividades da FPP da cidade para núcleos pesqueiros do litoral, a partir de ação polarizada em Luís Correia, com paralização de projetos em Parnaíba e gerando descrédito das lideranças locais quanto à seriedade da FPP ^{45/}.

Em matéria de avaliação global do Projeto Piauí, constata-se que sobressai de imediato é a de que pouco existiu concretamente para permitir que se faça juízo acerca do impacto do modelo na organização social e econômica do Piauí. Verifica-se, por exemplo, que a FPP empreendeu um número elevado de pequenas iniciativas, chegando a projetar ou a iniciar várias outras, algumas ficando inconclusas (ver Quadro 7), sem manifestações de grandes efeitos externos, tangíveis, do trabalho efetuado. É verdade que o Projeto mirava antes de mais nada mudança de mentalidade, um empreendimento que, sobre fugir do escopo de uma avaliação sócio-econômica, não é de fácil detecção. Há, contudo, indícios de que o modelo teria introduzido certas categorias e facilitado a adoção de determinadas posições em consonância com o intento de modificar práti-

^{45/} Ver, a propósito, Grupo-Tarefa Interministerial Projeto Piauí, Relatório de Atividades, julho e dezembro de 1972 (Teresina), pp. 4-5.

cas e formas de pensar, conforme reconhecem pessoas de diferentes posições e grupos sociais no Piauí. Ilustração disto é a terminologia firmada pelo PP, que foi encampada até pela imprensa piauiense de oposição ao Projeto, e que tem sentido, conteúdo. A influência desse vocabulário, possivelmente interferindo em esquemas de raciocínio, é tema para outro tipo de investigação, mesmo porque mudanças como essa levam tempo para se consolidar e pode muito bem ter havido simples alteração periférica. Caberia talvez especular, em face dessas considerações, se não é fluida uma avaliação do Projeto - tanto porque apenas um número reduzido de pessoas foram treinadas em DIP, não tendo podido fazer germinar sementes de maiores transformações, além da natural defasagem entre transmissão, assimilação e geração de efeitos no campo de treinamento de recursos humanos, para onde a função do Projeto muito se orientou, via transmissão de know how. Mudar comportamento, ademais, na direção, por exemplo, do desenvolvimento integral participativo, não é capaz de fazer suscitar efeitos espetaculares, no médio prazo de vida do Projeto, em termos de obras e iniciativas. Pode, isto sim, projetar novas lideranças autênticas da população - o que parece haver ocorrido, dadas certas reações de rejeição ao PP entre a elite política estadual, que se via ameaçada pelas mudanças. E pode igualmente ter impacto localizado em certas comunidades nas quais houver incidido mais fortemente a atuação do esquema - como ocorreu no Parque Piauí em 1971-72 onde, segundo consta, a FPP teria modificado o clima hostil que existia contra as autoridades estaduais, conseguindo que a comunidade aceitasse o diálogo 46/.

Uma faceta do desempenho da FPP refere-se à inversão de seu esquema, de órgão de assessoramento e apoio ao planejamento para órgão executor. Isto aparenta haver constituído sério equívoco, além de representar um afastamento da filosofia do Projeto. Ademais, ficou no público - pelo entusiasmo com que a FPP se envolvia - uma imagem desta como entidade que executava porque dispunha de muito dinheiro.

46/ O caso do Parque Piauí exemplifica situação de desvio do Projeto em relação a seus objetivos básicos de assessoramento. Aí houve atuação executiva, solicitada pelo governo estadual e que não foi continuada no ritmo das aspirações criadas, formando-se no local opinião altamente desfavorável, até a ponto de se tornar belicosa, contra a FPP.

Na verdade, procurando atuar em muitos flancos - mesmo que apenas sob a forma de assistência técnica ali onde se manifestasse uma carência, de acordo com a visão dos dirigentes da FPP, o Projeto findava dissipando suas forças sem maior impacto, fenômeno que não ocorreria se a ação fosse concentrada em áreas-piloto. Ao assumir encargos simultâneos, por sua vez, a FPP não cuidava de articular os projetos em realização ou em concepção dentro do esqueleto de um programa global, abrangente, esclarecedor, cujos objetivos específicos, projeções e indicação de meios orientassem as escolhas relevantes. O que se apreende da observação do trabalho da FPP é uma crença subjacente a todo ele de que a adoção do modelo de desenvolvimento integral participativo daria às iniciativas individuais a coesão necessária, não sendo notada qualquer preocupação com a compatibilização de meios, fins e estratégias seguidas em cada iniciativa. Possivelmente, uma fraqueza do Projeto Piauí reside no fato de a idéia do modelo de DIP não se confundir, na fase operativa, com o conceito de um programa de desenvolvimento, no qual projetos específicos não constituíssem mera lista de obras a efetivar, mas representassem o ajustamento entre aspirações da população e metas de governo que a abordagem de planejamento "de baixo para cima", adotada pelo Projeto, defende.

O Quadro 7 mostra com nítida clareza a amplitude do leque de iniciativas que a IPP assumiu o encargo de comandar, revelando grande dispersão de esforços em atividades tão distantes como recuperação de casas em mutirão, cursos de corte e costura e projeto piloto de desenvolvimento rural integrado. Os projetos do Quadro 7, cobrindo vasta área de interesses e especializações, não se estruturam, contudo, dentro de uma moldura que lhes dê consistência, ligando-se meramente pela alusão uniforme ao desenvolvimento integral participativo. O Quadro 7 também especifica de modo pormenorizado o caráter do trabalho empreendido diretamente pela FPP, muito embora seja omissa quanto a outros aspectos das atividades do Projeto, tais como as de ministração de cursos a órgãos diversos do estado, de assistência e consultoria a esferas diversas da administração pública e de pesquisas e levantamentos em torno da realidade estadual. Além do mais, a tabela não indica que cada um dos empreendimentos nela listados é sempre precedido de um programa de exposição de tópicos - destinado principalmente às lideranças de base - que pretende dar aos interessados no proje-

Quadro 7

PROJETO PIAUÍ: DISCRIMINAÇÃO DOS PROJETOS PROGRAMADOS E EXECUTADOS, EM EXECUÇÃO, PARALIZADOS E PROGRAMADOS E NÃO EXECUTADOS - 1976

Projetos	Sist. social beneficiado diretamente	Valor Cr\$ a/	Situação atual b/
<u>Grupo Tarefa Interministerial</u>			
1. Proj. auxiliar ao plano de incremento da cultura de caju no PI	Econômico (Produção)	6.911	PE
2. Perfil de anteprojeto para re elaboração e execução do estudo de viabilidade do setor agrônomo	Econômico (infraestrutura)	...	PNE
3. Desenvolvimento integral participativo para as microrregiões de Uruguí, Dom Jesus e São Raimundo Nonato	Todos	49.100	PE
4. Aquisição de barcos de pesca para a comunidade de Coqueiros	Econômico	239.344	PNE
5. Perfil de anteprojeto de DIP para o município de Cristino Castro	Econômico (infraestrutura)	321.311	PNE
6. Anteprojeto integrado de pesca para o município de Guadalupe, parte do plano de DIP da baía de Boa Esperança	Econômico (infraestr.)	...	PNE
<u>Microrregião de Teresina</u>			
1. Desmatamento do Parque Piauí	Econômico	4.737	PE
2. Aquisição de filtros	Sanitário	7.632	PE
3. Recuperação de casas em nutrição no núcleo Parque Alvorada	Econômico (patrimônio)	41.737	PE

Quadro 7 (continuação)

4. Recuperação de chafariz no bairro Redenção	Sanitário	2.805	PE
5. Biblioteca do bairro Redenção	Educação	829	PE
6. Aquisição de filtros do bairro Ilhotas	Sanitário	2.632	PE
7. Perfil de projeto de transferência das famílias atingidas pelas enchentes para outras áreas	Parentesco	119.492	PE
8. Transferência de famílias	Parentesco	14.449	PE
9. Constituição de fundo rotativo na comunidade do Parque Piauí	Econômico	2.632	PE
10. Experiência de fabricação caseira de doce de limão no Parque Piauí	Econômico (Produção)	329	PE
11. Aquisição de terrenos no Parque Piauí (horta)	Econômico (Patrimônio)	23.243	PE
12. Hortas comunitárias do Parque Piauí	Econômico (Produção)	191.846	EX
13. Aquisição de camisas (bairro Matadouro)	Lealdade	1.184	PE
14. Construção de um posto médico para a comunidade da Macaúba	Sanitário	8.479	PE
15. Financiamento para oleiros de Te-resina	Econômico (Produção)	183.150	EX
16. Complementação às bolsas de trabalho dos participantes no projeto nº 12 acima	Econômico (manutenção)	...	PE
17. Fabricação de doce de limão no Parque Piauí	Econômico (Produção)	8.205	PA

Quadro 7 (continuação)

19. Complementação ao projeto de aquisição de terrenos no Parque Piauí	Econômico (patrimônio)	19.803	PE
19. Adiantamento de recursos para realização de projeto de granjas em Monte Castelo	Econômico (Produção)	74.320	EX
20. Legislação dos terrenos do bairro S. João	Jurídico	233.275	EX
21. Porta comunitária para os bairros de S. João e Ilhotas	Econômico (produção e manutenção)	135.747	EX
22. Ajuda à construção do Centro Comunitário do Parque Alvorada	Lealdade	10.851	PE
23. Aquisição de um terreno para horticultura no bairro S. João	Econômico (produção)	177.289	PE
24. Pesquisa de mercado sobre calçados na cidade de Teresina	Econômico (produção)	871	PE
25. Adiantamento para montagem técnica do projeto de implantação de uma fábrica de calçados em Teresina	Econômico (produção)	2.193	PE
26. Pesquisa do universo social no Parque Piauí	Educação	3.507	PE
27. Adiantamento ao projeto experimental de cunicultura	Educação	600	PE
28. Confeções femininas do bairro Ilhotas	Econômico (produção)	19.840	EX
29. Projeto hortigranjais para o Parque Piauí	Econômico (produção)	107.416	EX

Quadro 7 (continuação)

Microregião de Parnaíba

1. Lavandaria pública de Morros da Mariana	Sanitário	6.443	PE
2. Documentação dos pescadores de Luís Correia	Jurídico	2.601	PE
3. Recuperação e uso do barco do Projeto Rondon no núcleo pesqueiro de Coqueiros	Econômico (Infraestr.)	6.579	PNE
4. Treinamento especial de professoras alfabetizadoras para os núcleos de pesca de Luís Correia	Educação	711	PE
5. Encontro de professores de Luís Correia	Educação	7.935	PE
6. Pesquisa de fibras vegetais utilizadas em artigos artesanais	Econômico (produção)	5.426	PE
7. Fábrica de manzuás c/	Econômico (produção)	49.070	PE
8. Aquisição de máquinas de costura para o clube de rendeiras de Morros de Mariana	Educação	1.649	PE
9. Curral de peixes	Econômico (Produção)	22.363	PE
10. Capital de giro para a Cooperativa Artesanal Mista de Parnaíba Ltda.	Econômico (produção)	78.947	PE
11. Abrigo para poços em Coqueiros	Sanitário	2.154	PE
12. Fundo rotativo para trabalho de artesanato	Econômico (produção)	9.671	?
13. Complementação ao projeto para curso de parteiras em Luís Correia	Sanitário	3.033	PE

Quadro 7 (continuação)

14. Construção de privadas e fossas secas nas comunidades de Coqueiros, Luís Correia e Morros de Mariana	Sanitário	28.546	EX
15. Curso de patrão de pesca	Educação	3.134	PE
16. Fundo rotativo para aquisição de filtros para as comunidades de Ilha Grande de Santa Isabel, Morros da Mariana, Bebedouro, Taboleiro, B. Esperança, Bairro do Carmo, Luís Correia e Coqueiros	Sanitário	20.734	PE
17. Fundo rotativo para melhoria de habitações nos bairros Carmo e S. José	Parentesco	66.342	PE
18. Hortas estudantis e comunitárias	Econômico (produção)	63.132	PE d/
19. Cooperativa artesanal	Econômico	?	?
20. Estágio para estudantes do curso de economia doméstica	Educação	?	?
21. Construção de uma quadra de esportes em Morros de Mariana	Lazer	?	EX
22. Cursos de marcenaria, cerâmica e bordado em Morros de Mariana, Ilha Grande de Santa Isabel e Sobradinho	Educação	6.579	?
23. Banco de ferramentas	Econômico (produção)	10.740	EX
24. Curso de datilografia dos núcleos Morros de Mariana e Bairro do Carmo	Educação	?	?

Quadro 7 (continuação)

25. Financiamento para capital de giro da Cooperativa Artesanal Mista de Parnaíba	Econômico	30.000	PE
26. Atividades ocupacionais para alagados	Econômico	10.000	PE
27. Clubes de trabalho do Camurupim, São Benedito e Taboleiro	Econômico (produção) Educação	14.237	?
<u>Microarranjo de Bom Jesus</u>			
1. Eletrificação da área residencial no Núcleo Colonial Aliança do Gurguéia	Econômico (infraestr.)	35.293	PEE
2. Construção de uma cerca (13 km) para os lotes dos 20 novos colonos do Núcleo Colonial Aliança do Gurguéia	Econômico (infraestr.)	97.887	PA
3. Financiamento da produção de arroz do Núcleo Colonial Aliança do Gurguéia	Econômico (produção)	133.593	PE
4. Corte, costura e bordado para o bairro Miramar	Educação	5.697	EX
5. Irrigação de 30 ha de terra do Núcleo Colonial Aliança do Gurguéia	Econômico (produção)	227.601	PE
6. Financiamento da documentação do bairro Cajueiro	Jurídico	3.158	PE
7. Curso de artesanato em Bom Jesus	Educação	7.112	PE
8. Curso de datilografia em Cristo no Castro	Educação	11.566	PE

Quadro 7 (continuação)

9. Quadra de esportes do bairro Cajueiro	Lazer	8.000	EX
10. Melhoramento de casas do bairro Miramar	Parentesco	102.587	PNE
11. Curso de corte e costura do bairro Cajueiro	Educação	3.931	EE
12. Elaboração do plano urbanístico, cadastro imobiliário e acionamento de interfaces	Econômico (infraestr.)	19.620	EX
13. Jornal <u>O Vale</u>	Econômico (infraestr.)	11.000	EE
14. Desenvolvimento integral participativo rural (DIP-R)	Econômico	?	e/

Microregião de Urucui

1. Desenvolvimento integral participativo e problemas regionais	Educação	?	EE
2. Criação de um conjunto musical	Lazer	27.763	PE
3. Construção de um chafariz e uma praça no bairro Cajueiro	Sanitário	42.845	PE
4. Curso de corte e costura	Educação	26.215	EX
5. Curso de datilografia	Educação	30.264	EX
6. Projeto para aquisição da propriedade Tibagi	Econômico (patrimônio)	55.818	PNE
7. Projeto para uma mercearia	Econômico (produção)	10.691	EE
8. Projeto para construção de fossas	Sanitário	10.750	EE

Quadro 7 (continuação)

Microregião de S. Raimundo Nonato

1. Aceleração do desenvolvimento na Fundação Ruralista	Econômico (infraestr.)	137.745	PE
2. Projeto de publicação sobre o diagnóstico técnico global da área de Curral Novo	Valoração social	38.000	PE

Notas: a/ Preços de 1974, obtidos com o índice 12 (disponibilidade interna) de Conjuntura Econômica, da Fundação Getúlio Vargas.

b/ Convenções: PE: programado e executado; LX: em execução; PA: paralizado; PNE: programado e não executado; EE: em estudos.

c/ Não se encontra em funcionamento.

d/ Só parcialmente executado.

e/ Iniciado em parte, paralizado.

Fonte: Fundação Projeto Piauí - Teresina.

to uma visão do desenvolvimento integral participativo, procurando capacitá-los para identificar suas carências, localizar seus recursos e elaborar os projetos que satisfarão as necessidades identificadas. Nesse sentido, o Quadro 7 é insatisfatório. Mas seus elementos esclarecem quais os campos onde o Projeto atuou e, se não levam a estimativas dos retornos provocados, permitem uma impressão de impacto global da FPP. Esse impacto, afóra os efeitos relacionados com a mudança de mentalidade e o papel pedagógico do Projeto Piauí, parece claro que assumiu proporções diminutas sobre a economia das microrregiões ou dos municípios onde o PP teve atuação - a nível do estado todo revelando-se ainda mais irrisório. É claro que efeito de tal ordem tem seu valor, porque de outro modo as pessoas ou comunidades em questão permaneceriam no mesmo estado deplorável de miséria em que sempre viveram, qualquer empreendimento que se conseguiu fazer por elas devendo assim merecer observação, inclusive pelo caráter didático da experiência, que pode ser assimilada por outros grupos de indivíduos. Mas o que ressalta da tentativa de mudança ensaiada pelo Projeto Piauí são ínfimos efeitos decorrentes especialmente do caráter terminal que teria a maior parte dos trabalhos - isto é, estes não eram continuados sob a égide da FPP depois de vencido o prazo dos projetos. Alguns dos últimos, como o financiamento à produção de arroz do Núcleo Colonial Aliança do Gurgueia, pelo estímulo que trouxeram, suscitaram efeitos de raízes mais profundas - nunca, entretanto, em termos estaduais ou mesmo de microrregiões homogêneas. É importante assinalar que no caso de projetos que não se concretizaram - equivalendo a um quinto dos recursos financeiros a serem alocados -, reações negativas, como aspirações frustradas e descrédito quanto à solução consubstanciada no DIP, podem ter assumido proporções mais intensas do que os efeitos favoráveis.

A parcela correspondente aos gastos com os projetos do Quadro 7 sobe, por seu turno, a preços de 1974, a 3,4 milhões de cruzeiros (470 mil dólares), da qual 2,8 milhões foi a quantia de fato comprometida com projetos não abandonados. Estando longe de atingir um quinto dos recursos postos à disposição da FPP, a última cifra representa uma média anual irrisória, diante, por exemplo, do volume de investimentos realizados em um ano no Piauí e que deve se situar em torno de R\$ 700 milhões de cruzeiros, a preços de 1974 ^{47/}. Isto

^{47/} Estimativa com base em Clóvis Cavalcanti, "Dimensões da Marginalização do Nordeste: O Caso Extremo do Vale do Parnaíba" etc., op.cit.

comprova que o impacto da FPP como entidade que executou trabalhos não atingiu a primeira ordem de grandeza das repercussões, inclusive porque vários dos empreendimentos financiados, como distribuição de filtros ou construção de fossas, têm retornos econômicos praticamente nulos. Raros foram os projetos de tipo de financiamento da produção de arroz e da irrigação de 30 ha de terra, ambos no Núcleo Colonial Aliança do Gurgueia, que implicando em gastos conjuntos de 362 mil cruzeiros (ver Quadro 7), equivalendo a 49 mil dólares, trouxeram efetivos benefícios a seus participantes. No caso citado, registra-se, por exemplo, segundo depoimentos colhidos no local, que além da garantia de produção, os recursos contribuíram para elevação dos preços ao produtor, via eliminação dos atravessadores, e tiveram a vantagem extra da aplicação concentrada num mesmo ponto do território ^{48/}. Em resumo, portanto, se a Fundação Projeto Piauí destaca-se na execução de obras, quiçá isto se deva a apoio publicitário mais do que à grandeza dos recursos que investiu. É bem verdade que os gastos indicados no Quadro 7 não englobam a folha de salários da FPP, a qual pode ter alcançado 10 a 12 milhões de cruzeiros (1,3 a 1,5 milhão de dólares) no período em consideração. Estes gastos constituem o fundo que patrocinou as atividades do Projeto na área de assessoramento, formação de recursos humanos e pesquisas, além evidentemente da parte correspondente à operação da FPP como entidade. Tarefa sobretudo árdua é computar o retorno social provocado pelos dispêndios mencionados por derradeiro, devido particularmente à dispersão de seus frutos. De qualquer modo, a FPP contribuiu para o aumento da renda interna estadual através de seus pagamentos a fatores de produção do Piauí, no montante das remunerações distribuídas.

Uma das acusações que se faz no Piauí ao Projeto é, incidentalmente, a de pagamento pela FPP de altos salários, de empreguismo e de ter a Fundação muito dinheiro e nada realizar. Isto ao que parece, não faz sentido, salvo pelo fato de que a folha salarial do Projeto foi de início algo elevada, em decorrência de taxas de remuneração na FPP superiores à média piauiense - a última muito baixa, na verdade -, pela necessidade de se pagarem salários no nível do mercado

^{48/}Aspectos interessante da experiência do PP no núcleo colonial em questão é o de que uma reformulação simples - pequeno ajuste de ~~alguns parâmetros~~ foi lá introduzida, sem maior aparato, apresentando efeitos brilhantes, além de exigir investimentos de expressão reduzida.

brasileiro, de onde foi recrutado bom número de profissionais do Projeto, alguns até com mestrado e doutorado. Não é certo que tenha havido abusos no Projeto quanto a este problema e, segundo se deduz, os gastos teriam tido efeitos na introdução de uma perspectiva mais sistematizada de se abordarem problemas e soluções, inovando, por exemplo, no tocante ao uso da engenharia de sistemas como técnica administrativa de melhoria da eficácia operacional, aplicada abundantemente como foi esta última nos enfoques do Projeto Piauí. Aspecto, aliás, que vale ressaltar na observação do Projeto é a elogiável disposição do pessoal da FPP de trabalhar em condições adversas, tanto no que diz respeito às dificuldades do meio ambiente piauiense, quanto igualmente no que se refere a resistências criadas pelo quadro político-cultural, de periodicidade recorrente. Não parece fácil criar uma disposição assim, elogiável, para a transposição de obstáculos que têm se revezado durante os anos, sobretudo quando é a própria liquidez financeira da entidade que a inviabiliza, chegando a paralisar o pagamento de salários, sem paralisação concomitante do trabalho, como ocorreu de maio a novembro de 1975. É certo que uma experiência como a do Projeto, inevitavelmente criadora de bloqueios, não conduz sem mais aquela a abandonos do que se intenta empreender. Entretanto, o vulto das barreiras surgidas - desde falta de apoio e omissão do governo estadual, traduzidas em total incerteza sobre o futuro, até tentativas do sistema político de estorvarem o funcionamento do Projeto e que faziam o pessoal da FPP trabalhar sob tensão - bem que justificariam o desaparecimento da instituição. Presumivelmente, isto não se deu em decorrência de virtudes do trabalho executado e de entusiasmo por parte da equipe, que certamente encontra alento na concepção do DIP. O derradeiro ponto merece algum destaque, porquanto críticos diversos do Projeto não deixam de reconhecer a importância do modelo proposto 49/, discordando apenas, e às vezes seriamente, dos rumos e procedimentos efetivamente adotados. É de se ressaltar ainda que, se a iniciativa não desapareceu - e momentos favoráveis ao desaparecimento houve nas primeiras semanas do governo que iniciou sua gestão em 15 de março de 1975 -, isto se deveu ao esforço da equipe do Projeto, que lutou para demonstrar a viabilidade do trabalho que fazia; mas tam-

49/ Em ~~uma~~ ~~relatório~~, o crítico incisivo com bom conhecimento do Projeto, é um antigo integrante da FPP, o educador José Inácio, que em relatório de inícios de 1975 afirma: "A metodologia do Projeto é a que de mais eficiente existe em termos de resposta aos anseios de desenvolvimento (...)"
Ver, de José Inácio, "Projeto Piauí 1971/1974" (fotocopiado), p.36.

bém foi fruto da maneira honesta e até certo ponto eficiente com que se executou a experiência na fase da atividade mais intensa. De outro modo, não se explicaria a sobrevivência do Projeto depois que sua imagem otimista feneceu.

Quase três quartos dos projetos formulados pela FPP enquadram-se no setor econômico, conforme se evidencia no Quadro 8. Os sistemas que se seguem em importância dos gastos, segundo a mesma tabela, são o de parentesco e o jurídico. Isto mostra não só como a atividade econômica é fundamental para a organização da vida na comunidade, como também uma busca pelo Projeto da aplicação mais segura para seus recursos, em conflito talvez com as ênfases do modelo. Certamente, é no setor econômico - no qual o maior peso é, de modo característico, assumido pelo subsector de produção - onde se localizam as áreas mais vantajosas, em termos de benefícios e custos, para a formação de capital. Surpreendentemente, porém, o setor de educação, embora com um número elevado de projetos, inferior apenas ao do setor econômico, comparece com gastos de reduzida expressão. O fenômeno se deve atribuir à pequena significação dos programas englobados pela área educacional, quase sempre relativos a cursos rápidos ou a treinamento apoiado em recursos locais. De modo geral, na realidade, todos os projetos do Quadro 7 - sumarizados no Quadro 8 - dizem respeito a iniciativas modestas, sem grande mobilização de recursos. Basta ver, a propósito, como o valor médio dos projetos de infra-estrutura - supostamente os que mais demandam em matéria de inversão de recursos - não chega aos 90 mil cruzeiros, enquanto o valor unitário correspondente às iniciativas do setor de educação sequer atinge os 5 mil cruzeiros. Pode-se inferir desse panorama, portanto, que, se há opinião favorável entre pessoas entrevistadas no Piauí quanto à ação da FPP, esta se fez basicamente às custas de empreendimentos simples, sem qualquer caráter espetacular. É certo que não se pode tomar ao pé da letra o peso dos depósitos, mas não deixa de parecer expressivo o fato de que pessoas diversas consultadas inclinam-se quase unanimemente a considerar o trabalho do Projeto como fixador de raízes. É admissível que melhor desempenho pudesse ter sido logrado, caso a FPP tivesse se apoiado em melhor conhecimento e análise mais aguda da realidade piauiense, porquanto seus levantamentos revelam nível e profundidade que deixam a desejar. Além disso, alguns projetos parecem ter sido concebidos sem prévia investigação do universo social na extensão devida. Convém frisar, como arremate, que toda esta discussão tem natureza muito especu-

quadro 8

PROJETO PIAUÍ: RESUMO DOS PROJETOS CONCEBIDOS, POR SISTEMA SOCIAL,
NO PERÍODO 1971 - 1974
(Valores a preços de 1974)

Sistema social	Nº total de Projetos	Valor total dos projetos (Cr\$)	Participação na soma do valor total dos projetos (%)	Valor unitário médio dos projetos (Cr\$)
Econômico a/	39	2.590.865	73,8	66.432
(produção).....	(22)	(1.348.532)	(38,4)	61.296
(infraestrutura)..	(7)	(629.355)	(17,9)	89.907
(patrimônio).....	(4)	(140.602)	(4,0)	35.150
(produção e manutenção).....	(2)	(215.696)	(6,1)	107.847
Sanitário	11	136.063	3,9	12.369
Educação	14	109.719	3,1	7.837
Parentesco	4	299.860	8,5	74.965
Lealdade	2	12.335	0,3	6.167
Jurídico	3	219.334	6,8	73.111
Lazer	2	35.763	1,0	17.881
Valorização social	1	38.000	1,1	38.000
Todos em conjunto	1	49.180	1,4	49.180
Total	77	3.510.519	100,0	45.591

Nota: a/ Os valores do setor econômico não correspondem ao total de seus subsectores porque existem quatro projetos que não mencionam os subsectores que atingem tais setores, referindo-se ao setor econômico como um todo (ver Quadro 1).

Fonte: Quadro 1.

lativa, pois se desconhecem os retornos envolvidos nas iniciativas do Quadro 7, a classificação que deles fazem as pessoas como satisfatória podendo não passar no teste da evidência empírica relativa a projetos análogos realizados em outros contextos, caso valores precisos pudessem ser atualmente computados.

Comparar os benefícios das iniciativas da PFP com os de empreendimentos que se poderiam levar a cabo alternativamente com o mesmo volume de recursos - escolas, centros de saúde, estradas, rede de distribuição de energia, projetos de irrigação, v.g. - é uma sugestão de procedimento para avaliação do impacto do Projeto Piauí. Afora problemas referentes à identificação de benefícios, sobretudo no que tange a sua quantificação, há na sugestão acima, sem embargo, sério impedimento, é que um mesmo projeto pode ser levado a cabo segundo o enfoque do PP e de acordo com a perspectiva "autocrática" convencional. Benefícios quantificáveis equivalentes poderiam resultar, mas se presume que outros efeitos auspiciosos, - relacionados com mudança de mentalidade e atitude - resultariam do emprego da ótica do modelo do DIP. Tais outros efeitos são difíceis de aferir e calcula-se que venham a se manifestar num prazo mais longo. Daí, a impraticabilidade de efetuar uma análise na linha de custos comparativos das repercussões do trabalho da PFP. Ademais, o Projeto fala em proporcionar melhores oportunidades para o homem comum do Piauí, tornando mais acessíveis recursos materiais e meios de produção, intenções que não se podem exprimir convenientemente através dos indicadores usuais da avaliação de projetos. Por motivos tais, possivelmente, é que há pessoas que reconhecem a validade da idéia do Projeto, mas têm reservas quanto a sua aplicação.

Apesar de respaldado pelo governo do estado - que participou desde as providências preliminares à criação do Grupo-Tarefa Interministerial Projeto Piauí -, o Projeto não serviu de efetiva referência para que o programa piauiense de governo, após 1971, fosse compatibilizado com a moldura de DIP por ele proposta. Com efeito, a administração estadual não chegou a assumir o PP, nem mesmo no que tange à formação de recursos humanos. Em outras palavras, os órgãos setoriais continuaram a operar dentro de seus esquemas tradicionais, tão-somente visando realizar obras, sem articulação com o Projeto. Falta motivação para que as entidades públicas se integrassem na filosofia oferecida pelo PP, atitude explicável não só pela natureza dis-

cutível de qualquer inovação, como igualmente por ser exigido na nova concepção um difícil reordenamento de posições, prioridades e opções, para que as aspirações da população pudessem mais diretamente ser contempladas. A atuação independente da FPP, em diversos fiancos, foi tolerada, e até estimulada pelo governo do Piauí, que assim fugia de um confronto com seus diversos escalões e passava aparentemente a esperar que o experimento pudesse revelar algum benefício, quando se então o governo avocaria para si a liderança de fato do Projeto. Do outro lado, a FPP entrou em cena executivamente, para responder à dúvida do governo e também porque cria que este mais tarde ocuparia seu lugar no comando das iniciativas. Não foi, porém, o que sucedeu, daí resultando muitas paralizações e a impressão de ineficiência da FPP. O governo do estado não só deixou de encampar os projetos da FPP, muitos dos quais chegara a propor, como não reuniu os colegiados que integravam os escalões superiores da direção e fiscalização do Projeto Piauí. Em dois anos e meio (1971-1974) de atuação mais destacada deste, por exemplo, seu Conselho Deliberativo foi convocado apenas duas vezes; sua Comissão Executiva, só uma vez, e novamente em uma única ocasião governador, secretariado e equipe do Projeto estiveram reunidos. Não seria de espantar, portanto, que os objetivos originais da experiência se tornassem ainda mais longínquos e que, crescendo além do desejado para demonstrar sua validade, o Projeto terminasse dando a impressão de ineficácia administrativa - fenômeno surpreendente pela atenção que na instituição merecia a engenharia de sistema - e de tumulto burocrático. Desse conflito, o que transparece é uma escolha da FPP que, diante de ser acusada de só planejar e nada fazer, ou fazer uma multiplicidade de pequenas coisas que pudessem configurar o que o Projeto, sem outra experiência para lhe assegurar acolhida, advogava, preferiu equivocadamente o último caminho. O equívoco desta opção deve-se principalmente ao fato de que a Fundação não dispunha do necessário anteparo financeiro para assumir muitos encargos, além de que, para ser capaz de executar tarefas em tantas áreas distintas, agindo paralelamente ao governo, ainda que em escala mais modesta, teria que contar com equipes de especialistas em muitas disciplinas, implicando num crescimento indesejável das dimensões da instituição. Ou, ficando em reduzidas dimensões, ver-se sufocada pelo incontrollável aumento de encargos, sem que de todos pudesse dar conta satisfatoriamente, como ao que parece ocorreu.

Tópico já tratado anteriormente de raspão e que não pode ser submetido a comprovação mais rigorosa, até por se tratar de matéria que a avaliação política deve explorar, diz respeito às barreiras e resistências procedentes das elites e lideranças políticas, que teriam dificultado a vida do Projeto Piauí. Isto transpareceu de muitos contactos da equipe da pesquisa no Piauí e está em parte documentado através de colunas e noticiário de alguns jornais de Teresina 50/, merecendo destaque o fato de que sempre aparece um pretexto próximo para essa teimosa oposição. Entretanto, a causa básica da mesma parece residir no cunho da tese de mudança social do PP, cuja ação através da FPP se teme pela ameaça nela representada ao poder das elites. Vale notar, adicionalmente, que a resistência mais se avoluma na capital do estado, que é justamente onde as lideranças tradicionais têm maior presença. Nisto se encontraria um motivo extra para justificar não haver o governo do estado assumido inteiramente o Projeto, a despeito do suporte oferecido no início. A FPP teria, de sua parte, contribuído para a formação das citadas barreiras, porquanto tendeu a agir de modo auto-suficiente, não buscando amparo de outras instituições para tomar determinadas medidas. Exemplo disto é o caso da horta comunitária do Parque Piauí, em Teresina, cujo terreno foi escolhido sem que se seguisse adequada orientação técnica, resultando em fracasso da escolha efetuada. Além disso, no começo da vida do Projeto alardeou-se que o mesmo viria "salvar o estado" - para usar uma imagem popular - e que o governo passaria a atuar em função das aspirações do povo. Como essa não foi a realidade, surgiram decepções que contribuíram para o descrédito do Projeto.

Grande parte do julgamento feito acerca dessa visão do processo de desenvolvimento tem a ver com a personalidade do responsável por sua idealização, antropólogo João Ribeiro. Em primeiro lugar, o modelo de desenvolvimento integral participativo, que é uma proposição para ser testada, tem sido usado como se fosse instrumento de validade indiscutível, no que contribui a forte liderança de J. Ribeiro, que a exerce de maneira dominante, ainda que suavemente. O trabalho talvez tomasse rumos menos inflexíveis e mais eficientes - superando até mesmo certos resquícios de paternalismo que têm sido apontados na ação do Projeto -, caso fosse amplamente discutida, internamente na FPP, a formula-

50/ Ver, por exemplo, edições diversas de A Hora, que foi quem mais sistematicamente combateu o Projeto em 1972-1974.

ção teórica apresentada por João Ribeiro, aceitando-se as críticas feitas nesse nível. Um segundo aspecto a considerar, com respeito à direção da FPP, refere-se à forma incompreensível com que o esquema analítico do Projeto sempre foi divulgado, ocultando-se atrás de opaco esoterismo vocabular, só decifrável depois de maior familiarização com a perspectiva defendida e sua racionalização teórica. A confusão teria gênese na maneira com que a tese de João Ribeiro foi formulada e desenvolvida, sem preocupação com um indispensável aciaramento expositivo. Talvez por isso não tenha sido possível realizar amplamente o desejado teste da esquematização do desenvolvimento integral participativo que, de fato, até hoje, se submeteu apenas a uma verificação parcial, sempre comprometida pela necessidade de fazer concessões a imprevistos impostos pela realidade. Neste sentido, aliás, pode-se argumentar até que o Projeto não deixou semente. Mas é preciso ver que não lhe foi dada inteira liberdade e completa autorização para fazê-lo, daí porque não se pode emitir um julgamento definitivo sobre a tese consubstanciada no desenvolvimento integral participativo.

Elemento cuja configuração exibe uma visível simplicidade de conteúdo e dimensão é a base dos recursos materiais de que pôde dispor a Fundação Projeto Piauí para realizar o seu papel. Estima-se, por exemplo, que a FPP haja movimentado fundos que ascender, no período de mais intenso funcionamento (junho de 1971 a dezembro de 1974), a cerca de 16 milhões de cruzeiros (2,2 milhões de dólares), aos preços de 1974. Praticamente dois terços desse total procederam da Inter-American Foundation, sob forma de doação, o terço restante sendo completado pelo governo federal. Aportes de fundos estaduais não existiram, surgindo daí dificuldades severas para a execução dos planos de atuação. Limitou-se o governo piauiense, de fato, a fazer simples repasse de dinheiro federal, a despeito de lhe pertencer a Fundação Projeto Piauí como entidade do setor público. Em início de 1975, quando se revelou crítico o estado da FPP diante do esgotamento de todas as suas fontes de fundos, é que o governo estadual, através de convênios via Secretarias de Planejamento e Educação, correu em socorro do Projeto, colocando 942 mil cruzeiros à sua disposição. Recursos adicionais, de volume pouco expressivo, na ordem de 20 a 30 mil cruzeiros, foram fornecidos até 1975 por organizações como a Canadian International Development Agency (CIDA), do governo do Cana-

dá, e a Legião Brasileira de Assistência (LBA).

Não se pode dizer, de outra parte, que o Projeto haja produzido as mudanças que buscava explicitamente, sobretudo quanto à iniciativa de conseguir realizar um desenvolvimento estadual com participação dos grupos sociais interessados; mas é certo que ocasionou uma tomada de posições das pessoas quanto a caracterizar o desenvolvimento como mudança sócio-cultural que deve ser pesada, amadurecida e concretizada sem violências contra o modo de vida pré-existente. Neste contexto, a investigação econômica do impacto causado pela FPP é levada a se afastar da metodologia mais ortodoxa e a perder sua roupagem analítica convencional, para em lugar disso se empregarem estudos de natureza comportamental com simultânea apreensão de fatores políticos presentes no panorama da atuação do Projeto. Realizar esforços desse tipo, e que seja útil para uma percepção das repercussões da FPP, implica para um economista em certo desconforto, especialmente no tocante à escolha do melhor método de abordagem da problemática. Não é fácil deixar de pesquisar grandezas como produtividade da mão-de-obra ou relação benefício-custo, que dispõem de uma sistemática testada de medição, para ao invés se descobrir de que forma os estratos sociais no Piauí reagem à iniciativa do Projeto, aceitando ou rejeitando suas proposições. Em face dessa situação, é que faz sentido discutir não só o conteúdo da idéia do desenvolvimento integral participativo (DIP), como também a própria acepção usual do desenvolvimento, com vistas a estabelecer um balizamento conceitual para a escalada na direção de se conquistarem níveis de vida geradores de maior bem-estar humano. De avaliação do Projeto, o trabalho evolui, assim, para avaliação do DIP e para a identificação de uma noção do desenvolvimento que sirva de feedback ao esquema perseguido pela FPP.

Com as informações acumuladas pela pesquisa de avaliação, pode-se afirmar que o Projeto pôs em prática uma metodologia, cuja já validação se encontra na característica a ela integrada de respeito pela pessoa humana a partir de suas manifestações mais humildes 51/. Este predicado do Projeto tem sido, porém, posto em dúvida por pessoas que, tendo vivido a experiência, testemunham criticamente acerca do que classificam como pretense reconhecimento do potencial de criatividade das comunidades, o qual não teria sido verdadeiramente fomentado, conforme se proclama. Aduzem a propósito, como razão para o julgamen-

51/ Cf. Relatório de José Inácio, op.cit., p. 1.

to, dados referentes à maneira algo distante com que se estabeleceria o relacionamento da coordenação da FPP com as comunidades: emprego de vocabulário pouco acessível; maneira grandiosa de apresentação do Projeto "como emissário de quatro ministros e do Presidente da República" etc. O próprio José Inácio complementa essa impressão, ao revelar que o projeto de horticultura do Parque Piauí teria sido imposto de cima para baixo ^{52/}, contrariamente à concepção e à doutrina da FPP. Talvez por isto um observador neutro, visitando o que restou dessa experiência, constata hoje a baixíssima significação do projeto de hortas - que foi transformado em empreendimento hortigranjeiro - para a comunidade do Parque Piauí. Mas o PP prestou outros tipos de benefícios (a Praça da Integração, v.g.) à mesma comunidade, onde, justamente com Redenção - é ainda o depoimento de José Inácio que serve de roteiro -, ter-se-ia verificado uma das raras vezes em que se pôde observar rigorosamente a metodologia proposta pelo Projeto Piauí. Nos casos acima, o único e decisivo inconveniente foi a omissão do governo e sua passiva aceitação pelo Projeto, numa atitude da coordenação estadual diante do governador "servil e aquiescente, quando deveria mostrar força e tenacidade" ^{53/}. Aliás, a chegada da FPP nas comunidades, precedida de alguma pompa e fanfarras inúteis, produzia expectativas que estavam geralmente fora do alcance das possibilidades concretas de realização. Este fenômeno, podendo suscitar profundas frustrações e desencorajamento, quer a nível das comunidades, quer a nível das equipes do Projeto, terminaria anulando fatores benéficos da ação do mesmo no tocante a mudanças de comportamento ^{54/}. É de se registrar, contudo, uma opinião favorável ao PP dentro de diversas comunidades assistidas, apesar de aí não se ter idéia mais precisa em torno do esquema de desenvolvimento integral participativo. Como não se tem, é bom que se frise, em torno de outros métodos de promoção das condições de vida.

Para quem acompanhou a marcha dos trabalhos da FPP desde seu período áureo, guardando uma imagem de impenhência - uma sede, diversas subsedes, equipes numerosas ^{55/} - dessa fase, sobretudo do auge

^{52/} Idem, p.20.

^{53/} Idem, p.33.

^{54/} José Inácio discorre sobre o problema em seu relatório, op.cit., p.34.

^{55/} Em inícios de 1975 havia ainda 73 pessoas na Fundação.

das atividades, em 1973 e começo de 1974, causa admiração constatar o quadro que restou, que sugere ter o Projeto sobrevivido a um máximo de compressão. Reduziu-se a autonomia administrativa da entidade e seu escopo foi estreitado, restando ao final da década de 70 uma imagem bastante acanhada do PP com relação àquilo que antes apresentava. Este fato não necessariamente significa que o Projeto tenha perdido seu vigor como idéia. Talvez sirva mesmo para colocá-lo numa posição em que, mais realisticamente, fossem pesadas as limitações importantes sobre suas possibilidades de manobra. O problema principal foi o fato de a FPP ligar-se, primeiro, à Secretaria do Trabalho e Promoção Social, fora, pois, do sistema estadual de planejamento. Esta talvez não seja a maneira mais adequada de compreender o conteúdo do Projeto Piauí o qual, abraçado pelo governo, deveria constituir a moldura conceitual, doutrinária, do programa estadual de desenvolvimento. Com efeito, desde que admitidamente a meta governamental básica reside na modificação do panorama das condições sócio-econômicas vigentes no estado, a função do Projeto se assemelharia à de um módulo que regularia, com sua formulação de desenvolvimento em que sobressaem as adjectivações de integral e participativo, as iniciativas tomadas em todas as direções administrativas. Inclusive, o Estatuto da FPP reservava atribuições um tanto vagas para os setores da Fundação, não esclarecendo tampouco de que forma seria a atuação da FPP com relação aos demais órgãos estaduais, podendo nascer dessa imprecisão desgastantes conflitos de competência.

De qualquer forma, na altura de 1977 a situação jurídica do Projeto fica melhor definida, inclusive não levando à possibilidade antes existente de a FPP excluir-se do orçamento público, como sucedeu em 1975. Além do mais o atual governador do Piauí, em 1975, podendo extinguir o Projeto, optou, no entanto, por revigorá-lo, tendo aderido à iniciativa sem nenhum compromisso, ao contrário do chefe da administração estadual precedente, que foi o responsável pela implantação do Projeto no estado e que deixou de concretizar no momento indicado os compromissos que assumira. Não deixa, porém, de haver perigo em uma situação institucional estabilizada. A possibilidade de que esse perigo não ocorra, pelo menos nos próximos anos, reside talvez no fato de corrente representar um bom desafio, sendo lá inclusive que o governo está pensando em concentrar recursos diversos. Aparentemente, fixado em corrente, ou o Projeto confirma sua validade ou desaparece, não sendo fácil transfigurar-se em pura repartição burocrática. Para a confirmação, de fato importante é a capacidade que a FPP terá de municiar-se de apoio financeiro e de recursos humanos suficientemente adestrados. Outro elemen-

to capaz de conduzir ao êxito refere-se à redução do âmbito territorial da FPP, que lutava antes de modo desfavorável com a vastidão geográfica do Piauí. Há quem veja na mudança para Corrente apenas a perspectiva de malogro, chegando pessoas autorizadas em Teresina a considerá-la brincadeira de mau gosto, porque dispendiosa e porque vêem nela uma forma sutil de acabar com o Projeto. Não resta dúvida de que eram, em 1977, mais escassas as possibilidades de êxito, tendo em vista a falta de colaboração e de diálogo e as incompreensões formadas em torno da FPP - de dentro para fora e de fora para dentro. Nos meios técnicos, talvez por conta de uma compulsória veneração do mito tecnocrático, havia desconfianças, mescladas com tratamento depreciativo e irônico da idéia até chegar à chacota, relativamente ao Projeto Piauí. Isto é um dado a considerar, levando em conta, por exemplo, que não são visíveis a olho nu as repercussões do modelo. Mas, se a despeito do omissivo papel desempenhado pela administração estadual, logrou sobreviver o Projeto, é de se esperar que, em face de taxativas demonstrações de respaldo do governo federal, não estaria a Fundação sendo conduzida à extinção. Uma consideração a fazer para colorir de modo favorável de perspectivas futuras liga-se à falta de malícia com que as elites locais viam em Correntes e nos municípios vizinhos a chegada do Projeto em 1975 e sua implantação nos anos seguintes.

Sem prejuízos aparentes, a mudança da área de atuação do Projeto para Corrente de fato engendrou certas preocupações e lamentações nas comunidades antes assistidas. Por exemplo, foi constatado em Coqueiros, no outro extremo do Piauí, um aumento do grau de incerteza quanto ao futuro do artesanato local que, apesar de não haver sido promovido de início pelo Projeto, recebeu grande impulso através da Fundação, parecendo o ano de 1975 algo precoce para uma saída da equipe que lá atuava, sobretudo tratando-se de saída brusca como a que se processou. Igual sentimento pôde ser verificado em Teresina, nos locais onde o PP se fez presente. Na verdade, o caso de Coqueiros, uma vila de pescadores com cerca de trinta casas, isolada no litoral, atesta palpavelmente que lá a presença da FPP produziu resultados. O mais evidente deles é o benefício gerado pela participação da mulher na formação da renda doméstica, por força do artesanato de tapetes que antes ali não existia e que foi entregue aos cuidados femininos. Muito embora não tenha sido possível mensurar em Coqueiros o acréscimo líquido de renda resultante dessa atividade, verificou-se modestíssima contribuição da dona de casa ao orçamento familiar na comunidade próxima de Pedra do Sal, que não foi atingida pelo PP, repetindo um pa-

drão que os habitantes de Coqueiros fazem questão de ressaltar que existia ali anteriormente. Desse modo, pode-se apreender um efeito categórico da mudança suscitada pelo Projeto, ao fomentar um artesanato de tapetes com matéria prima da região. Mediante o aumento de renda proporcionado pelo trabalho artesanal feminino 56/, a família de Coqueiros pôde elevar seu padrão de consumo, haja vista o emprego desse dinheiro para financiar a aquisição de roupas, utensílios, remédios e até alimentos. A construção do Centro de Desenvolvimento Integral Participativo (CEDIP) em Coqueiros, por sua vez, representa importante conquista, lograda via estimulação do trabalho em cooperação da comunidade. De fato, foi esta quem ergueu o Centro, responsabilizando-se por sua conservação e usufruindo mais tarde do valor da obra, que é usada para apoio de atividades econômicas, para lazer e para maior interação grupal, inexistindo em Pedra do Sal qualquer coisa que se lhe assemelhe, apesar da presença nesta última da SUDPE 57/.

Duas experiências geograficamente bem próximas (a 9km uma da outra) e que bem se distinguem quanto a metodologia, são a do Núcleo Colonial Aliança do Gurguéia (NCAAG), iniciada por religioso da área e mais tarde incorporada ao Projeto Piauí num processo fácil 58/, em virtude da identidade de metodologia existente entre o DIP e o trabalho do religioso (Padre José de Anchieta Mauriz Cortes), e a da Colônia do INCRA de Eliseu Martins. Ainda que não se possa estabelecer uma

56/ Para medir adicionalmente a importância desse artesanato, vale recordar como nas horas de folga os homens de Coqueiros, atraídos por recompensas materiais, auxiliam nas tarefas mais pesadas da confecção de tapetes.

57/ Superintendência do Desenvolvimento da Pesca. Tanto Coqueiros como Pedra do Sal são comunidades pesqueiras.

58/ O Projeto Piauí tem sido criticado pela encampação que efetuou de experiências bem sucedidas e que pré-existiam à sua chegada. Tal é o caso do NCAAG e também do artesanato de tapetes de Coqueiros, este último decorrente do trabalho do SERSE sob a liderança da educadora Almira Moraes. Convém salientar, no entanto, que a encampação foi produto de uma coincidência de perspectivas de trabalho e se processou sem compulsão, havendo o Projeto reforçado as iniciativas, como aconteceu no NCAAG através, por exemplo, da solução do problema de financiamento da produção de arroz. É interessante constatar, a propósito, que os iniciadores das duas iniciativas não demonstram terem sido suas obras usurpadas pelo Projeto Piauí.

medida cardinal da diferença de resultados nos dois núcleos, como consequência do emprego de uma abordagem convencional através do INCRA e de um procedimento inspirado no modelo de desenvolvimento integral e participativo no NCAG, percebe-se claramente não só uma atitude de independência muito mais acentuada no colono da segunda comunidade, como também que sua posição econômica não se assenta sobre alicerces algo artificiais. Ou seja, o padrão de vida revelado no caso do NCAG reflete muito mais o resultado do esforço despendido pelo indivíduo do que esse dispêndio e mais uma grande dose de assistência governamental, assistência que vicia o colono, como ocorre na experiência do INCRA. Aqui, com efeito, não se toma qualquer decisão sem prévia consulta ao administrador da colônia, criando-se uma relação de dependência que remonta às circunstâncias assistencialistas da instalação da colônia em 1965, quando tudo era dado para manutenção de famílias trazidas de fora pelo antigo INDA. Atualmente, por exemplo, se um equipamento de trabalho de campo se quebra, procura-se a administração do núcleo para as providências de reparo, enquanto no NCAG são os próprios colonos que se encarregam dessas providências. No último, os projetos tendem a resultar de decisão comunitária, ao passo que na comunidade dirigida pelo INCRA o sistema se rege muito mais por uma diretriz de cima para baixo. Isto não significa, porém, que o pessoal trabalhado pela metodologia do PP compreenda seus meandros e formulações. Aliás, o fenômeno de dificuldade de entendimento da linha de ação sistematizada no modelo de DIP é bastante geral. As comunidades demonstram responder ao apelo e ao incentivo de participação. Mas não percebem o rationale das proposições, uma explicação para o problema sendo encontrada através de entrevista feita no NCAG, em termos da afirmação de que a filosofia do Projeto é "gratuito para eles" (os colonos).